



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

Sumário

1. OBJETO	3
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	4
3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	5
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	6
5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	6
6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E QUALIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS	7
7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO	8
8. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL	9
9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	11
10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.	21
11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	30
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	32
13. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	38
14. PAGAMENTO	42
15. CONTA DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO	43
16. REPACTUAÇÃO E REVISÃO	46
17. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	49
18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	51
19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	55
20. EXTINÇÃO CONTRATUAL	58
21. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO, AO CONSÓRCIO E ÀS COOPERATIVAS	59
22. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	60
23. DA ANTICORRUPÇÃO	60
24. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	61
ANEXO I	62
DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL BÁSICO	62
ANEXO II	64
ENDEREÇOS DO CONTRATANTE	64
ANEXO III	65



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	65
ANEXO IV	66
UNIFORMES	66
ANEXO V	68
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	68
ANEXO VI	73
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)	73
ANEXO VII	77
FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO	77
ANEXO VIII	78
MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	78
ANEXO IX DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL	80
ANEXO X	81
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	81
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	87
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	89
MÓDULO 6 - CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	90
ANEXO XI	97
MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS	97
ANEXO XII	98
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	98
ANEXO XIII	100
PESQUISA DE PREÇOS	100
ANEXO XIV MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	109
ANEXO XV	112
MULHERES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL	112
ANEXO XVI	130
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CEF	130



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na capital, em modelo de contrato por desempenho/resultado, a ser executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com a alocação de postos de bombeiro civil (básico) e fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A contratação para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência tem amparo nas normas e procedimentos contidos na Lei nº 14.133/2021, ~~na Lei 10.520/2002, no Decreto 10.024/2019~~, no Decreto nº 11.462/2023, na Instrução Normativa Seges/MPDG nº 5/2017, na Instrução Normativa Seges/ME nº 49/2020, na Portaria Seges/ME nº 21.262/2020 e em outros normativos aplicáveis.
- 1.3. A licitação, na modalidade pregão, forma eletrônica, grupo único, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 78, IV e Seção V da Lei nº 14.133/2021, será composta por postos de trabalho com previsão de contratação imediata e por postos de trabalho com expectativa de contratação futura, conforme discriminado, de forma resumida, nas tabelas abaixo:

1.3.1. Contratação Imediata:

QUANTITATIVO DE POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL BÁSICO

Contratação Imediata

Localidade	Posto de Trabalho	CATSER	Nº Postos	Nº Empregados por posto	Nº Empregados Total
Capital	Bombeiro Civil Básico – 30 horas	25550	4	1	4
Total de Postos			4	Total Empregados	4

1.3.2. Expectativa de contratação futura:

QUANTITATIVO DE POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL BÁSICO

Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de Trabalho	CATSER	Nº Postos	Nº Empregados por posto	Nº Empregados Total
Capital	Bombeiro civil básico – 30 horas	25550	6	1	6
Total de Postos			6	Total Empregados	6



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

1.3.3. **Resumo – Contratação imediata + expectativa de contratação futura:**

QUANTITATIVO DE POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL BÁSICO			
Resumo (Imediata + Futura)			
Total de Postos	10	Total Empregados	10

- 1.4. A distribuição dos postos de trabalho a serem disponibilizados por localidade da capital, bem como a justificativa para as alocações, encontram-se discriminadas nas tabelas constantes do [Anexo I](#) deste Termo de Referência.
- 1.5. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativas constantes dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).
- 1.6. A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 15, IX, do Decreto nº 11462/2023).
- 1.8. O prazo de vigência da(s) contratação(ões) decorrente(s) do chamamento dos postos de trabalhos previstos em ARP será(ão) de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.9. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a prestação de serviços de situações de urgência e emergência (primeiros socorros, evacuação das edificações e combate a incêndio) é uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do ETP, que constituem apêndice deste Termo de Referência, sendo abaixo reproduzidos, nos seguintes termos:
- 2.2. A contratação para prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida com base na alocação de postos de bombeiro civil básico justifica-se em face da necessidade de prover a segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e abandono de área e de prestação de atendimentos de primeiros socorros, de urgência e emergência, aos magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, visitantes e jurisdicionados, visando incrementar a segurança nos edifícios que abrigam as Unidades da 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal, a fim de assegurar a integridade física dos magistrados, servidores, advogados, partes e demais usuários da Justiça do Trabalho.
- 2.3. Tendo em vista a grande circulação de pessoas nos edifícios da Justiça do Trabalho, esta Secretaria de Saúde entende prudente incrementar a prestação de serviços de caráter de urgência e emergência, que incluem prevenção e combate a incêndio e prestação de primeiros socorros.
- 2.4. Atualmente, o Regional conta com servidores que fizeram curso para brigadista nos andares das edificações, para orientar eventual necessidade de evacuação dos prédios; com unidades de serviço médico nos edifícios que abrigam o Fórum de BH e os gabinetes de desembargadores; bem como Desfibriladores Externos Automáticos (DEAs) nas portarias para um atendimento emergencial em caso de necessidade. No entanto, não há profissionais de saúde suficientes para atuar nos dois edifícios durante todo o horário de funcionamento da JT e, como os servidores



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

brigadistas não são profissionais da área, além do receio em atuar em caso de urgências, é possível que não consigam desempenhar a tarefa a contento, exatamente pela falta de expertise. Por este motivo, o incremento de serviços de atendimento de urgência com a atuação de profissionais da área poderá garantir maior êxito em casos de necessidade.

- 2.5. O incremento dos serviços de urgência tendo em vista a grande circulação de pessoas nos edifícios da Justiça do Trabalho, visa sobretudo a proteção a vida da população fixa e flutuante do Tribunal (servidores, magistrados, terceirizados, estagiários e jurisdicionados), por meio de atuação em casos de urgência e emergência, no combate a princípios de incêndio, prestação de serviços de primeiros socorros e, em segundo plano, proteção aos bens materiais do TRT3.
- 2.6. O benefício direto para a Administração resultante da contratação em tela constitui-se na proteção à vida, nas edificações da Capital nas quais exista maior fluxo de pessoas, de todos os integrantes e participantes que compõem a Justiça do Trabalho de Minas Gerais que estejam presentes durante o horário de prestação do serviço.
- 2.7. Devido à importância e essencialidade dos serviços de urgência e emergência, a contratação em tela é imprescindível para este Contratante, uma vez que os serviços médicos assistenciais disponibilizados pelo TRT3 nas edificações elencadas para receberem o serviço, devido ao quadro defasado de servidores lotados na área de saúde, têm funcionado em horário reduzido.
- 2.8. Inexiste contratação atual no âmbito deste Regional com este objeto e o quadro funcional deste Tribunal não conta com cargos de Bombeiro Civil, especializados na atuação em situações de urgência e emergência (combate a princípios de incêndio, evacuação das edificações e primeiros socorros).
- 2.9. A contratação faz parte das providências determinadas pela Resolução 207, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Considerando (a) a inexistência de contrato com o objeto desta contratação (b) a impossibilidade do serviço ser exercido por servidores do quadro deste Regional (c) a perenidade/permanência/continuidade da demanda por serviço de combate a incêndio e abandono de área, de prestação de atendimentos de primeiros socorros à população fixa e flutuante das edificações (d) a essencialidade da manutenção desses serviços para o desenvolvimento das atividades finalísticas deste Tribunal e, ainda, (e) os normativos específicos sobre a matéria, faz-se necessária a sua contratação, por meio de licitação, nos moldes aqui propostos.
- 2.10. Importante frisar que ao longo dos anos os servidores do TRT3 que atuam na área de saúde vêm se reduzindo numericamente, não havendo efetivo para a cobertura do horário de funcionamento integral das cinco unidades aqui discutidas.

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pelo fato deste Contratante encontrar-se em fase de análise da necessidade de implantação desse serviço em outras edificações da capital, sendo que a demanda por postos de bombeiro civil básico poderá sofrer um acréscimo em virtude da atuação destes profissionais em outras edificações que forem demandados. O SRP se coloca como a melhor ferramenta para a contratação de serviços frente a uma demanda incerta.

3.1.1. Ademais, a opção pelo SRP assegura que a prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida, no âmbito das instalações do Contratante, seja realizada em sua totalidade pela mesma Contratada, o que se constitui em importante quesito para as ações de segurança



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

institucional, além de evitar a coexistência de postos terceirizados vinculados a empresas distintas, o que implicaria ausência de padronização do uniforme, valores diferentes para um mesmo posto de trabalho, falta de uniformização da execução do serviço, entre outros dificultadores.

- 3.1.2.** Assim, para fins de adequação à demanda deste Contratante, o SRP será composto por um quantitativo de postos de trabalho com previsão de implantação imediata, para suprir a demanda inicial de postos de trabalho, bem como por um quantitativo de postos de trabalho com expectativa para implantação futura a depender do surgimento das novas demandas que estão em fase de formalização.
- 3.2.** A implantação dos postos de trabalho e a respectiva prestação dos serviços iniciar-se-ão sempre em data a ser estipulada por meio de Ordem de Serviço emitida pelo Contratante, por intermédio da Secretaria gestora do contrato, a partir de quando os respectivos postos passarão a ser faturados.
- 3.3.** Os contratos decorrentes dos postos de trabalho implantados via chamamento da Ata de Registro de Preços estarão sujeitos ao regramento estabelecido no Edital e neste Termo de Referência.
- 3.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 15, IX, do Decreto nº 11462/2023).
- 3.5.** Não será permitida a participação tardia/adesão à Ata de Registro de Preços resultante desta contratação.
- 3.6.** Em razão da especificidade do objeto e da urgência da contratação, sugere-se a dispensa do procedimento público de intenção de registro de preços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1.** A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), abrange a prestação de serviço de prevenção e combate a incêndio e abandono de área e prestação de atendimentos de primeiros socorros com base na alocação de postos de bombeiro civil básico em algumas unidades deste Tribunal, distribuídas na capital, de acordo com a necessidade existente em cada uma delas, a ser realizada de forma indireta, por intermédio da contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 4.2.** A terceirização do serviço está em conformidade com a sistemática que já vem sendo amplamente adotada por este Tribunal ao longo dos últimos anos e que se encontra balizada em diversos normativos que vinculam a Administração Pública a optar pela terceirização para o atendimento da demanda por serviços de bombeiro civil, conforme dispõem, dentre outros, o Decreto-Lei nº 200/1967 e o Decreto nº 9.507/2018.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1.** Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, grupo único, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 78, IV e Seção V da Lei nº 14.133/2021



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 5.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido ato normativo, cuja execução indireta é vedada.
- 5.3. A prestação do serviço que constitui objeto deste Termo de Referência não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E QUALIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS

- 6.1. A Contratada, enquanto empresa especializada em serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, deverá estar em regularidade com as diretrizes dispostas na Portarias 50 e 54 de 02 de julho de 2020 do CBMMG e suas atualizações, outras legislações que versem sobre o tema, estando apta a comprovar a regularidade sempre que demandada pelo Contratante.
- 6.2. O serviço de combate a incêndio e abandono de área e de prestação de atendimentos de primeiros socorros deverá ser executado por profissionais qualificados nos termos da Lei nº 11.901/2009, NBR 14608, de 18 de maio de 2021 (e atualizações) e Portaria 54 de 02 de julho de 2020 CBMMG (e atualizações), sendo que para o exercício da profissão o bombeiro civil (básico) deverá preencher os seguintes requisitos:
- a) Idade mínima de 18 anos;
 - b) Ter escolaridade mínima de ensino médio concluído;
 - c) Quitação de obrigações eleitorais;
 - d) Quitação com as obrigações militares (para profissionais do sexo masculino);
 - e) Documento que comprove a aprovação em exame de saúde física, mental e psicotécnica para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas. ~~Recomenda-se que, para os candidatos a bombeiro civil em seleção e/ou já selecionados, seja considerada a inclusão de exames complementares, por exemplo, teste ergométrico, ecodoppler, cardiograma, monitoramento ambulatorial de pressão arterial (MAPA) e exame de curva glicêmica para a composição dos exames admissionais de emissão do atestado de saúde ocupacional (ASO) ou outra avaliação periódica de saúde. É incentivado pelo contratante que o bombeiro civil mantenha o bom condicionamento e saúde física, ressalvadas as condições individuais. Recomenda-se que para os candidatos a bombeiro civil em seleção e/ou já selecionados, sejam realizadas avaliação médica admissional e periódica, preferencialmente anual, incluindo a verificação do aparelho cardiorrespiratório e outros exames complementares necessários, observadas as atribuições do cargo.~~
 - f) O Bombeiro Profissional Civil contratado pela empresa deverá possuir, sem prejuízo das demais determinações quanto ao curso de formação constante da ABNT NBR 14608:2021, os seguintes atributos:
 - f.1) Ampla conhecimento prático e teórico dos sistemas preventivos e de combate a princípios de incêndio;
 - f.2) Conhecimentos/noções gerais de eletricidade e hidráulica;
 - f.3) Conhecimento de relações humanas no trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- f.4) Prática para prestar primeiros socorros;
 - f.5) Conhecimento das técnicas e operações de evacuação de edifícios;
 - f.6) Boa técnica de redação, para elaboração de relatórios;
 - f.7) Bom condicionamento físico.
- g) Certidão dos setores dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual;
 - h) Certificado do curso de formação de bombeiro civil expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade, renovável a cada 2 anos;
 - i) Possuir certificado de curso de Suporte Básico à Vida (SBV) e certificado de curso de Desfibrilador Externo Automático (DEA), com duração mínima de 08 horas de acordo com o recomendado pela American Heart Association com validade de 24 meses e que abarque no mínimo os seguintes temas: Transporte adequado de vítimas; Uso adequado dos equipamentos de proteção individual; Manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP) em adultos com 1 e 2 socorristas para adultos; Análise de vítimas (Avaliação Primária); Vias aéreas Causas de obstrução e liberação; Conhecer os sintomas de obstruções em adultos, conscientes e inconscientes; Ventilação artificial e compressão cardíaca externa; Conceito de Desfibrilação; O Aparelho Desfibrilador Externo Automático (DEA); Tipos de Paradas Cardíacas detectadas pelo DEA; Regras de Segurança no uso do DEA; Identificação e Correção das Interferências no uso do DEA; Emprego do DEA em conjunto com as Manobras de Suporte Básico de Vida; Verificação dos Atos Administrativos a serem executados quando da utilização do DEA.
- 6.3.** Os profissionais devem ter curso de bombeiro civil básico com credenciamento válido perante o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.
- 6.3.1.** O certificado de curso de bombeiro civil deve ser acompanhado de certificado de reciclagem com validade não vencida, caso o certificado tenha sido expedido há mais de 2 (dois) anos;
 - 6.3.2.** Caso o prazo de validade do curso de formação, extensão ou de reciclagem do profissional contratado vença durante o tempo em que estiver prestando serviços ao Contratante, o curso de reciclagem deverá ser custeado pela Contratada, devendo ser providenciado com antecedência de pelos menos 30 (trinta) dias do vencimento do documento;
- 6.4.** A comprovação dos requisitos e qualificações mínimas exigidas, mediante a apresentação dos documentos acima elencados, poderá ser solicitada pelo Contratante a qualquer momento, quando julgar necessário, durante toda a execução do objeto contratual.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1.** A vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços não é obrigatória, podendo ser substituída pela declaração do licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços, nos termos do art. 63, §3º, da lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** Entretanto, se o licitante desejar, poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, mediante agendamento prévio e acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 7.2.1.** Na capital, a visita deverá ser agendada pelo telefone (31) 3228-7371, diretamente com algum técnico/setorial integrante da Seção de Assistência Médica (SAM-GV).
- 7.3.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.4.** O prazo para a realização da vistoria, caso o licitante deseje realizá-la, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital e estender-se-á até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.5.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.6.** Ao final da vistoria, deverá o licitante ou seu representante legal firmar Declaração de Vistoria, de acordo com o modelo constante do [Anexo III](#) deste Termo de Referência.
- 7.6.1.** Independentemente da realização da vistoria, o licitante deverá declarar, de acordo com o modelo constante do [Anexo III](#) deste Termo de Referência, que tomou pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos moldes exigidos pelo Anexo V, item 2.4, "c", da IN Seges/MPDG nº 5/2017.
- 7.7.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

- 8.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 15, IX, do Decreto nº 11462/2023.
- 8.2.** O prazo de vigência da(s) contratação(ões) decorrente(s) do chamamento dos postos de trabalhos previstos em ARP será(ão) de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser objeto de prorrogação, por períodos iguais e sucessivos, limitada a duração total ao período máximo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.** Para fins de prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá a instrução processual contemplar:
- a) demonstração de que os serviços contratados têm natureza continuada;
 - b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) justificativa e motivo, por escrito, de que o Contratante mantém interesse na continuidade prestação dos serviços;
 - d) manifestação expressa do interesse da Contratada na prorrogação; e
 - e) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação previstas no Edital.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 8.4.** A prorrogação do prazo de vigência do contrato deverá ser justificada por escrito e dependerá de prévia autorização da autoridade competente do Contratante.
- 8.5.** A prorrogação do prazo de vigência do contrato deverá ser formalizada por meio de **Termo Aditivo apostilamento** - **Termo aditivo**.
- 8.6.** Como condição para a prorrogação do contrato, haverá a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano de contratação, bem como dos encargos sobre eles incidentes, de acordo com as regras abaixo estabelecidas, extraídas da Nota Técnica nº 652/2017 da Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG):
- 8.6.1.** O aviso prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado serão pagos somente no primeiro ano de vigência do contrato, nos termos do item "D" do Módulo 3 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência; e
- 8.7.** O Contratante verificará, a cada 12 (doze) meses, a frequência de ocorrência, durante a execução contratual, dos seguintes custos:
- a) ausências legais - item "B" do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência;
 - b) licença-paternidade - item "C" do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência;
 - c) afastamento por acidente de trabalho - item "D" do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência;
 - d) licença-maternidade - item "E" do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência;
 - e) afastamento por doença - item "F" do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência.
- 8.8.** Não tendo havido a ocorrência dos custos fixos ou variáveis indicados no subitem 8.7, os itens serão suprimidos da planilha.
- 8.9.** Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos indicados no subitem 8.7, os itens deverão ser mantidos na planilha, podendo ser recompostos, de forma complementar/proporcional, conforme o caso.
- 8.10.** Fica dispensada a realização de pesquisa de mercado para fins de comprovação da vantajosidade econômica para a prorrogação do contrato, uma vez que:
- 8.10.1.** Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;
- 8.10.2.** Os reajustes dos itens envolvendo insumos e materiais (ou seja, não decorrentes da mão de obra) deverão ser efetuados, considerando-se a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses;
- 8.11.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha, entre seus empregados colocados à disposição do CONTRATANTE para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º da Resolução n. 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça e na Portaria n. 23/2013 do TRT da 3ª Região.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1. Início da prestação dos serviços

9.1.1. A implantação dos postos de trabalho e a respectiva prestação dos serviços iniciar-se-ão sempre em data a ser estipulada por meio de Ordem de Serviço emitida pelo Contratante, por intermédio da Secretaria gestora do contrato, a partir de quando os respectivos postos passarão a ser faturados.

9.1.2. A ordem de serviço para fins de implantação de postos de trabalho será emitida com um prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da data estimada para início da prestação dos serviços, de modo a viabilizar que a Contratada se organize quanto aos trâmites trabalhistas para registro de profissional(is) devidamente qualificado(s), conforme normativos específicos aplicáveis aos serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do TRT3.

9.2. Especificação e quantitativo de postos de trabalho

9.2.1. A especificação dos serviços a serem prestados, bem como o correspondente quantitativo de postos de trabalho a serem disponibilizados, encontram-se descritos no [Anexo I](#) deste Termo de Referência.

9.3. Locais de execução dos serviços

9.3.1. Os serviços serão executados nas unidades do Contratante, distribuídas na capital, cujo endereçamento detalhado consta do [Anexo II](#) deste Termo de Referência, o qual também encontram-se disponibilizados de forma atualizada no sítio eletrônico do Contratante em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/contato/telefones-e-enderecos>

9.4. Jornada de trabalho dos postos

9.4.1. Os terceirizados ocupantes de postos de trabalho com jornada de 30h semanais, correspondente a 150 horas mensais, deverão cumprir a referida jornada, de segunda a sexta, no período entre 7h e 21h59min, não sendo permitido adentrar no período noturno estabelecido pelo art. 73, §2º, da CLT.

9.4.2. Deverá ser observado o gozo do intervalo intrajornada para repouso e alimentação de, no mínimo 15 minutos, nos termos do art. 71 da CLT, sendo esse período não computado na duração do trabalho.

9.4.3. Caberá à Contratada definir, em conjunto com o fiscal técnico/setorial responsável pela unidade deste Tribunal onde serão implantados os postos de trabalho, os horários para o cumprimento da jornada de trabalho dos empregados terceirizados, da maneira que melhor



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

convier às necessidades da unidade, desde que observado o disposto nos subitens anteriores e na legislação trabalhista.

- 9.4.4.** Diante de necessidade excepcional previamente verificada a partir da agenda de eventos do TRT3, caberá ao fiscal técnico/setorial responsável pela unidade solicitar, por escrito, diretamente à Contratada, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a adequação pontual do horário de trabalho do terceirizado para o dia em que, potencialmente, os eventos poderão se estender além do horário habitualmente praticado, respeitando-se, assim, a jornada diária estabelecida para o posto.
- 9.4.5.** Os terceirizados não poderão realizar horas extraordinárias, pois não constarão da planilha de custos do contrato, e, portanto, não serão remuneradas pelo Contratante.
- 9.4.6.** Excepcionalmente, de acordo com as necessidades do Contratante, poderá ser solicitada pela Secretaria gestora a convocação de terceirizado para atender demanda fora da jornada de trabalho, como domingos, feriados ou além da jornada diária com o devido regime de compensação por meio de banco de horas, priorizando a compensação dentro do mesmo mês, desde que não dilatada a jornada máxima mensal, ficando a Contratada obrigada a providenciar acordo individual escrito, na hipótese de o instrumento coletivo não prever a possibilidade de compensação.
- 9.4.7.** Eventual elasticimento da jornada, a qual não poderá exceder a 8 (oito) horas diárias, com a correspondente compensação por meio de banco de horas, não configura pagamento de horas extraordinárias.
- 9.4.8.** Havendo feriado forense no mês em que se fizer necessária a convocação excepcional para labor fora da jornada habitual de trabalho e, desde que não seja coincidente com feriado nacional e/ou municipal, consideram-se automaticamente compensadas as horas trabalhadas.
- 9.4.9.** São considerados feriados forenses, as seguintes datas festivas:
- a) segunda-feira de carnaval;
 - b) quarta-feira de cinzas;
 - c) quarta-feira santa;
 - d) quinta-feira santa;
 - e) 11 de agosto - dia da Criação dos Cursos Jurídicos, dia do magistrado e dia do advogado;
 - f) 28 de outubro – dia do servidor público;
 - g) 1º de novembro – dia de Todos os Santos;
 - h) 8 de dezembro – dia da Justiça
- 9.4.10.** Algumas das datas indicadas no subitem anterior poderão ser deslocadas para dias próximos, por conveniência do Contratante, devendo ser consultado o calendário institucional divulgado anualmente no sítio eletrônico do Órgão.
- 9.4.11.** Os terceirizados ~~ocupantes de postos com jornada de 30h semanais~~, em regra, estão dispensados da prestação dos serviços nos feriados forenses que recaiam em dias úteis e que não sejam coincidentes com feriado nacional e/ou municipal, devendo a Contratada conceder folga sem o correspondente desconto do dia não laborado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

9.4.12. Caso, porventura, seja demandado pela Secretaria gestora o funcionamento regular dos postos de trabalho nos dias considerados feriados exclusivamente forenses, o Contratante não pagará valores adicionais pelas horas e/ou dias de serviços trabalhados.

9.4.13. Serão glosados do faturamento os valores correspondentes aos benefícios de transporte ~~e de auxílio refeição/alimentação~~, devidamente acrescidos dos impactos decorrentes dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, previstos no Módulo 6 da correspondente [planilha de custos e formação de preços](#), em relação aos dias em que não houver expediente ~~em determinada localidade~~, em razão de feriado forense, nacional e/ou municipal ou qualquer outra hipótese de suspensão das atividades que dispense a prestação dos serviços terceirizados.

9.5. Recesso forense

9.5.1. Durante o período de recesso forense, compreendido entre 20 de dezembro a 06 de janeiro, conforme disposto pelo inciso I do art. 62 da Lei nº 5.010/1966, poderá haver a suspensão dos serviços prestados ~~por postos em jornada de 30h semanais~~, a depender da necessidade do Contratante, sendo que, em regra, suspende-se os serviços, ~~integralmente, no interior~~, e, parcialmente, na capital.

9.5.2. Relativamente aos postos em que for suspensa a prestação dos serviços, serão glosados nos faturamentos dos meses de dezembro e de janeiro, além dos valores correspondentes aos benefícios de transporte e de auxílio refeição/alimentação em relação aos dias em que não houver expediente, o valor proporcional correspondente ao Custo de Reposição do Profissional Ausente, previsto no Módulo 4 da [planilha de custos e formação de preços](#) acrescido dos impactos decorrentes dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, previstos no Módulo 6 da referida planilha.

9.5.3. Faculta-se à Contratada conceder férias aos terceirizados ocupantes dos postos suspensos, sem necessidade de reposição de mão de obra, durante o período compreendido pelo recesso forense.

9.5.4. Caberá ao Contratante, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias para o início do recesso forense, definir o quantitativo de postos a serem suspensos, de modo a oportunizar que a Contratada se organize quanto ao cumprimento dos prazos trabalhistas para aviso e pagamento antecipado das férias.

9.5.5. O Contratante não pagará valores adicionais pelas horas e/ou dias de serviços trabalhados relativamente aos postos em jornada de 30h semanais que, porventura, permanecerem prestando serviços ao longo do período de recesso forense.

9.6. Registro de frequência

9.6.1. Caberá a Contratada realizar a gestão do registro de ponto dos terceirizados, devendo:

- a) assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada a alteração do horário de trabalho sem autorização da fiscalização técnica/setorial e/ou fiscalização administrativa;
- b) exercer controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades, devendo providenciar a imediata



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

substituição de postos descobertos, independentemente do acompanhamento do Contratante;

- c) assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional prestar serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição, para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.
- d) garantir que, havendo necessidade de ajustar a jornada para atendimento de situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, esta seja realizada somente após demanda devidamente justificada, por escrito, pela fiscalização técnica/setorial e previamente autorizada pela fiscalização administrativa;
- e) observar, na hipótese de aprovação da adequação de jornada em razão de situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais objeto deste Termo de Referência.
- f) proibir a prorrogação da jornada diária de trabalho do profissional alocado que não esteja previamente autorizada por escrito pela fiscalização administrativa.

9.6.2. Nas unidades do Contratante que contarem com número superior de 20 (vinte) terceirizados, incluindo aquelas que atingirem essa condição após o início do contrato, o registro de frequência dar-se-á por ponto eletrônico biométrico, conforme disposto no art. 74, §2º, da CLT, com redação atualizada pela Lei nº 13.874/2019.

9.6.3. Nas unidades do Contratante que não se enquadram nos critérios estabelecidos no subitem anterior, o registro da frequência poderá ser realizado mediante assinatura em folha/livro/ficha etc., com marcação do horário fiel de entrada, saída e intrajornada, devendo tais documentos permanecer no local de trabalho durante o respectivo mês de preenchimento.

- a) a sistemática de envio e, posterior, recolhimento da folha de ponto dos funcionários deverá ser operacionalizada pela Contratada, às suas expensas.

9.6.4. A Contratada deverá fornecer e instalar, às suas expensas, os relógios de ponto eletrônico biométrico, previamente ao início da implantação dos postos de trabalho, devendo alinhar com o Contratante data e horário para a instalação.

9.6.5. Os computadores e software necessários para gerenciamento do sistema serão fornecidos pela Contratada, inclusive aqueles necessários para que o relógio de registro de ponto forneça, via internet e em tempo real, dados referentes às marcações de ponto realizadas.

9.6.6. A Contratada deverá disponibilizar aos servidores que figuram como fiscais administrativos acesso online ao sistema, para consulta das marcações de ponto realizadas e saldo de banco de horas atualizado de cada terceirizado que presta serviços ao Contratante.

9.6.7. O relógio deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos postos de trabalho, na forma disposta no parágrafo segundo do art. 74 da CLT, bem como aferir, automaticamente, o quantitativo mensal de horas trabalhadas de cada colaborador, inclusive com informações acerca de horas faltantes ou excedentes.

9.6.8. Os relógios de registro de ponto eletrônico devem atender às especificações previstas na legislação vigente, especialmente a Portaria MTP n. 671/2021.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

9.6.9. O registro da frequência nos relógios de ponto eletrônico biométrico não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento da assiduidade e da pontualidade dos trabalhadores terceirizados designados para a prestação de serviços nas dependências do Contratante.

9.6.10. Caso o relógio apresente algum defeito, a Contratada terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para reparo ou substituição do aparelho, devendo ser adotado, alternativamente, o controle de ponto manual até que se resolva o problema.

9.6.11. As folhas de ponto consolidadas de todos os terceirizados deverão ser encaminhadas, em formato digital, ao Contratante, sempre que solicitado pela fiscalização administrativa.

9.6.12. Caso a Contratada disponha de tecnologia mais moderna para apuração da frequência, poderá adotá-la, às suas expensas, mediante prévia avaliação e aprovação do Contratante.

9.7. Atribuições gerais dos postos de trabalho

9.7.1. Os trabalhadores terceirizados deverão cumprir todas as obrigações gerais a seguir relacionadas, além das atribuições específicas e pertinentes ao serviço de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do TRT3:

- a) ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro trabalhador ou quando for realizar atividade relacionada a natureza do seu cargo;
- b) apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizado, asseado e identificado por crachá;
- c) cumprir as normas de saúde e segurança estabelecidas pelo Contratante para acesso às suas dependências;
- d) cumprir as demais normas internas do Contratante;
- e) comunicar à autoridade competente a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços;
- f) observar as normas relativas à conduta profissional e as técnicas de atendimento ao público, agindo com cortesia, educação, urbanidade e fino trato com magistrados, servidores e com o público em geral;
- g) zelar pela preservação do patrimônio do Contratante que esteja sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a boa aparência dos locais de trabalho e solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- h) operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- i) conhecer as atribuições e a finalidade do posto de trabalho que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- j) assumir o posto de trabalho com todos os acessórios necessários para a adequada prestação dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- k) receber/passar o serviço ao assumir/deixar o posto de trabalho, relatando ao sucessor eventuais ordens e orientações recebidas durante a jornada de trabalho;
- l) guardar sigilo em relação a assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude da prestação dos serviços;
- m) manter atualizada a documentação utilizada no posto de trabalho;
- n) buscar orientação junto ao supervisor ou à autoridade competente, em caso de dificuldades no desempenho das suas atividades, repassando-lhe o problema;
- o) adotar as providências que estiverem ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- p) levar ao conhecimento da autoridade competente, imediatamente, qualquer informação considerada importante, com a qual vier a ter contato em razão da prestação dos serviços;
- q) em caso de desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à autoridade competente, registrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- r) promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando para que sejam encaminhados à autoridade competente.
- s) evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- t) evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do Contratante; e,
- u) não abordar desembargadores, magistrados ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da fiscalização.

9.8. Atribuições específicas dos postos de Bombeiro Civil

9.8.1. Constituem atribuições inerentes a todo Bombeiro Profissional Civil (básico), consoantes especificações previstas na NBR 14608/2021, Portarias 50 e 54 de 02 de julho de 2020 do CBMMG e Lei Federal nº. 11.901/2009 relativas à categoria profissional em questão:

- a) Identificar situações de urgência e emergência, agindo de maneira rápida, enérgica e convincente;
- b) Atender, imediatamente, a qualquer chamado de emergência dentro das dependências do Contratante, no âmbito da competência de atuação do posto de bombeiro civil, e, na área externa quando necessário;
- c) Realizar os primeiros socorros a feridos e demais vítimas de acidentes;
- d) Dar assistência pré-hospitalar, em qualquer situação, aos magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e jurisdicionados dos edifícios onde são prestados os serviços;
- e) Elaborar e manter atualizado o Plano de Ação de Emergência (PAE) das edificações de atuação;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- f) Orientar e auxiliar os ocupantes do edifício na ocorrência de evacuação do prédio quanto às saídas de emergência, indicando-lhes as que tiverem maior facilidade de escape em relação ao evento e obedecendo ao PAE elaborado para a edificação;
- g) Fazer com que o local de pânico e/ou risco seja evacuado no menor tempo possível, quando necessário;
- h) Atuar no controle de pânico;
- i) Familiarizar-se com todas as dependências e vias de acesso do Edifício e com os equipamentos de prevenção e combate a incêndios existentes no local;
- j) Comunicar ao Corpo de Bombeiros a ocorrência de incêndios, solicitando o comparecimento da corporação, recebendo e acompanhando;
- k) Estar sempre em condições de auxiliar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais a edificação, bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;
- l) Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação;
- m) Interromper o fornecimento de energia elétrica, quando da ocorrência de sinistro;
- n) Desligar os alarmes de incêndio depois de atendida a ocorrência;
- o) Vistoriar e fiscalizar semanalmente, com apresentação de relatório ao fiscal setorial do contrato, os equipamentos preventivos e de combate a incêndio, bem como a manutenção da sinalização para rota de fuga dos prédios, comunicando qualquer anormalidade verificada;
- p) Identificar os perigos e avaliar os riscos existentes;
- q) Dar início ao combate, em caso de incêndio, comunicando imediatamente à Seção de Assistência Médica, bem como solicitando auxílio dos demais membros da brigada de incêndio, se necessário;
- r) Fornecer ao Contratante dados minuciosos sobre as ocorrências;
- s) Zelar pela preservação e conservação do patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, especialmente dos equipamentos de proteção e combate a incêndio;
- t) Cumprir e fazer cumprir as orientações da Unidade Gestora do contrato do TRT3, relativas às medidas de proteção e combate a incêndio, aos exercícios simulados, bem como àquelas emanadas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, de legislações Federais, Estaduais e/ou Municipais vigentes, relacionadas à segurança contra incêndio e pânico em edificações;
- u) Planejar, coordenar e executar os exercícios simulados anualmente, em cronograma a ser elaborado pela Seção de Saúde Ocupacional/Secretaria de Saúde do TRT3, elaborando relatório onde conste: horário do evento, tempo gasto no abandono, tempo gasto no retorno, tempo gasto no atendimento de primeiros socorros, atuação da brigada, comportamento da população, falhas de equipamentos, falhas operacionais e demais problemas levantados;
- v) Aplicar os procedimentos básicos estabelecidos no Plano de Emergência contra incêndio da planta, que deve estar de acordo com a ABNT NBR 15219 (Requisitos dos Planos de Emergência Contra Incêndio) e legislações estaduais vigentes;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- w) Nunca abandonar o posto, sem comunicação prévia a Seção de Assistência Médica (SAM) exceto se necessário atendimento à emergência ou a evento relacionado à sua atividade, mantendo a SAM sempre informada sobre sua localização;
- x) Submeter-se, a cada 2 anos, a curso de reciclagem com treinamento para atualização dos conhecimentos como Bombeiro Civil, sem prejuízo do especificado na legislação pertinente do Estado de Minas Gerais, custeado pela CONTRATADA;
- y) Registrar suas atividades diárias e relatar formalmente as irregularidades encontradas, com propostas e medidas corretivas adequadas e posterior verificação da execução, apresentando, quando aplicável, sugestões para melhorias das condições de segurança contra incêndio e acidentes; e,
- z) Demais atividades básicas inerentes aos Bombeiros Profissionais Cíveis previstas pela norma ABNT NBR 14608/2021 e normas correlatas do CBMMG e suas atualizações.

9.9. Uniformes

- 9.9.1.** A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores terceirizados uniforme completo, composto por itens novos, de acordo com as especificações constantes do [Anexo IV](#) deste Termo de Referência.
- 9.9.2.** O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue antes do início da prestação dos serviços, de modo a garantir que os profissionais, inclusive substitutos, assumam o posto devidamente uniformizados e identificados, por meio de crachás, devendo a Contratada arcar com os custos de ajustes das peças, se necessários.
- 9.9.3.** A quantidade de itens dos uniformes especificadas nas tabelas constantes do [Anexo IV](#) refere-se ao previsto para o período de 1 (um) ano, e deverá ser fornecida, integralmente, para o ocupante de cada posto, antes do início da prestação dos serviços, devendo ser renovada anualmente ou sempre que a substituição se fizer necessária.
- 9.9.4.** Os uniformes deverão ser substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgastes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação de substituição a ser formalizada pela fiscalização técnica/setorial e/ou pela fiscalização administrativa, sem qualquer custo adicional para o Contratante.
- 9.9.5.** Os uniformes deverão ser fornecidos contendo os elementos previstos na ABNT-NBR 14608/2021, Portaria 50, de 02 de julho de 2020 do CBMMG e CCT da categoria vigente.
- 9.9.6.** O Contratante, a seu critério, poderá solicitar amostras de todos os itens do conjunto de uniformes para análise, aprovação ou proposição de alterações, caso não correspondam às especificações.
- 9.9.7.** Cada entrega do conjunto de uniformes far-se-á mediante "Recibo de Entrega" assinado e datado pelo profissional alocado na prestação de serviços, elaborado em duas vias, sendo uma para a Contratada e uma para o empregado alocado, devendo uma cópia ser entregue ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), sempre que solicitado pela fiscalização técnica/setorial e/ou pela fiscalização administrativa.
- 9.9.8.** Caso a Contratada faça a opção pelo recolhimento das peças de uniforme quando do término do contrato de trabalho ou sempre que houver a renovação anual dos itens de uniforme, tal obrigatoriedade de devolução das peças deverá estar expressa de forma clara e transparente no "Recibo de Entrega" do uniforme a ser assinado pelo terceirizado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 9.9.9.** Os custos relativos ao uniforme, incluindo o crachá de identificação, não poderão ser repassados aos ocupantes dos postos de serviço.
- 9.9.10.** Deverá a Contratada fornecer uniformes apropriados às gestantes, substituindo-os ou arcando com as despesas decorrentes de ajustes porventura necessários.
- 9.9.11.** Caberá à Contratada orientar o profissional ocupante do posto de trabalho quanto à responsabilidade pelo zelo e pela conservação dos uniformes.
- 9.9.12.** Os uniformes deverão ser padronizados, não se admitindo peças ou itens de marcas, cor ou modelos diferentes para um mesmo posto de trabalho.
- 9.9.13.** A qualidade e quantidade das peças de uniformes fornecidas, bem como o zelo com a vestimenta e apresentação do terceirizado, serão objeto de avaliação mensal pela fiscalização técnica/setorial por intermédio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), podendo a inadequação de qualquer item culminar em glosa no faturamento mensal correspondente, de acordo com as especificações constantes do [Anexo VI](#) deste Termo de Referência.

9.10. Equipamentos e Materiais

- 9.10.1.** A Contratada deverá fornecer materiais e equipamentos necessários à adequada prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes do [Anexo V](#) deste Termo de Referência.
- 9.10.2.** Os itens identificados como materiais de consumo, são de fornecimento periódico anual, devendo a primeira remessa ser entregue antes de iniciada a prestação dos serviços
- a) caso haja renovação contratual por períodos sucessivos, nova remessa deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a contar do início do novo período de vigência do contrato.
 - b) a despeito do fornecimento periódico anual, os itens identificados no subitem anterior deverão ser complementados ao longo do curso contratual, sem ônus para o Contratante, sempre que se fizer necessário, mediante apresentação de justificativa prévia por parte da Secretaria gestora.
- 9.10.3.** Os itens identificados como equipamentos de proteção individual de combate à incêndio e materiais permanentes, tendo em vista o longo período de vida útil, são de fornecimento único a ser realizado antes de iniciada a prestação dos serviços.
- a) caso haja renovação contratual por períodos sucessivos, é dispensada a reposição dos itens que estiverem em perfeitas condições de uso.
 - b) a despeito do fornecimento único, os itens identificados no subitem anterior deverão ser substituídos, de imediato, sem ônus para o Contratante, sempre que necessário, seja por defeito que impossibilite sua perfeita utilização, seja por extravio, ficando a Contratada responsável pela guarda dos mesmos.
- 9.10.4.** Além dos materiais e equipamentos mínimos previstos neste Termo de Referência, a Contratada deverá avaliar a demanda de cada local, de modo a acrescentar ou substituir algum item incompatível, zelando para que todos os equipamentos e materiais necessários para a completa execução dos serviços estejam disponíveis aos bombeiros civis, tomando-se



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

por base o número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil dos materiais e equipamentos envolvidos.

9.10.5. Deverão ser fornecidos pela Contratada, sem repasse de qualquer ônus aos profissionais, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's ~~e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's~~, sendo estes essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE (Equipamentos de Proteção Individual – EPI). Contudo, tal fornecimento deverá observar a hierarquia de implementação das medidas de prevenção conforme os itens 1.4.1, alínea g, e 1.5.5.1.2 da NR -1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).

9.10.6. A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer treinamento para uso adequado dos EPIs ~~e EPCS~~, além de fazer constar todas as orientações na cartilha instrucional a ser entregue ao terceirizado, antes do início da prestação dos serviços, **nos termos do subitem 12.1.15**, de modo a propiciar a pronta consulta sempre que se fizer necessário. **A aquisição, orientação de uso, fornecimento, registro de fornecimento e demais responsabilidades da CONTRATADA no que se refere aos EPI's deverão observar as disposições da NR – 6 (Equipamentos de Proteção Individual – EPI).**

9.10.7. Os equipamentos que, porventura, sejam de uso e guarda individual deverão ser fornecidos mediante “Recibo de Entrega” assinado e datado pelo profissional alocado na prestação de serviços, elaborado em duas vias, sendo uma para a Contratada e uma para o empregado alocado, devendo uma cópia ser entregue ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), sempre que solicitado pela fiscalização técnica/setorial e/ou pela fiscalização administrativa.

9.10.8. A Contratada deverá alinhar com o Contratante, previamente ao início da implantação dos postos de trabalho, data e horário para a instalação de equipamentos necessários à prestação de serviços, a exemplo do roupeiro, dentre outros que entender adequado.

a) ~~na capital~~, as instalações deverão ser agendadas pelo telefone (31) 3228-7105, diretamente com algum fiscal administrativo integrante da Divisão de Gestão de Serviços Terceirizados (DIGEST).

9.10.9. Caberá à Contratada identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante, devendo, ao término do contrato, retirar, às suas expensas, todos os equipamentos disponibilizados.

9.10.10. Os equipamentos e materiais deverão ser efetivamente utilizados, quando situações necessitarem de seu manuseio, ficando a Contratada responsável pela orientação da correta utilização dos referidos insumos.

9.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

9.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá atender aos seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados nas rotinas de trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- b) adotar medidas para evitar o desperdício de água, por parte de seus empregados lotados neste Contratante;
- c) realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, bem como o descarte correto e consciente do lixo, observadas as normas ambientais vigentes;
- d) orientar seus empregados, lotados nas dependências deste Contratante, para que incluam na rotina de serviço a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após o expediente.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

10.1. Disposições Gerais sobre Gestão e Fiscalização:

- 10.1.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, em relação às especificações exigidas no Edital e em seus Anexos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 10.1.2.** As ações que integram as atividades de gestão e fiscalização, mencionadas no subitem anterior, têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e promover o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 10.1.3.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.
- 10.1.4.** As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo aos gestores e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 10.1.5.** O gestor e os fiscais, inclusive os substitutos, deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.
- 10.1.6.** Os fiscais deverão promover as atividades de transição contratual por ocasião do encerramento dos contratos vigentes.
- 10.1.7.** O fiscal substituto (técnico/setorial ou administrativo) fiscalizará a execução do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do fiscal titular.
- 10.1.8.** O Contratante reserva-se o direito de exercer a ampla e completa gestão e fiscalização do contrato, com poderes para:
 - a) examinar o relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) dos empregados da Contratada que prestem serviços em suas dependências, podendo, inclusive, recusar o ingresso de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- trabalhador terceirizado cujo vínculo de emprego não esteja devidamente registrado no referido documento;
- b) coibir práticas que venham a caracterizar desvio de função dos trabalhadores terceirizados, considerando as atribuições pertinentes à categoria profissional; e
 - c) fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada discriminadas ao longo deste termo de Referência.
- 10.1.9.** É vedado a magistrados e servidores deste Tribunal negociar diretamente com os terceirizados a concessão de folgas e/ou a compensação de horas trabalhadas.
- 10.1.10.** Em regra, as providências solicitadas pelo gestor ou pelos fiscais deverão ser cumpridas pela Contratada de forma imediata, salvo quando sua adoção depender de medidas de caráter técnico, caso em que deverão ser atendidas em prazo razoável, a ser estipulado pelo Contratante, de acordo com a especificidade da questão.
- 10.1.11.** Antes do início da prestação dos serviços, deverá a Contratada designar, formalmente, o preposto que ficará responsável pela condução da execução contratual, por meio de instrumento em que constem seus poderes e deveres, devendo, sempre que houver alteração da figura do preposto, comunicar imediatamente ao Contratante, procedendo à atualização da designação formal.
- 10.1.12.** A designação a que se refere o subitem anterior poderá ser recusada pelo Contratante, mediante justificativa, caso em que a Contratada deverá proceder à indicação de outro preposto.
- 10.1.13.** Em regra, a comunicação entre o Contratante e a Contratada será feita por meio de correio eletrônico, devendo a Contratada dirigir suas mensagens para o seguinte endereço: segest.terceirizados@trt3.jus.br.
- 10.1.14.** Após a assinatura do contrato e antes do início da prestação dos serviços, o Contratante realizará reunião com a Contratada, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações pertinentes às obrigações contratuais, aos mecanismos de fiscalização, às estratégias para execução do objeto, ao método de aferição dos resultados e às sanções aplicáveis, entre outras.
- 10.1.15.** Ao longo da vigência do contrato, o Contratante realizará reuniões periódicas com a Contratada, de modo a garantir a qualidade da execução dos serviços e o alcance dos resultados e critérios estabelecidos.
- 10.1.16.** As questões tratadas nas reuniões mencionadas nos subitens 10.1.14 serão registradas em ata, que será assinada por todos os presentes.
- 10.1.17.** Os fiscais poderão exigir da Contratada, a qualquer momento, a apresentação dos seguintes documentos, relativos aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante:
- a) relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial);
 - b) Aviso de concessão de férias;
 - c) Recibo de pagamento de férias;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- d) Recibo de pagamento de abono pecuniário;
- e) Recibo de pagamento de salário;
- f) Recibo de pagamento de 13º (décimo terceiro) salário;
- g) Solicitação de fornecimento de vale-transporte e atualização de endereço para tal fim;
- h) Recibo de fornecimento de vale-transporte;
- i) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- j) Atestados;
- k) Comprovante de pagamento de salário-família;
- l) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), com a devida homologação, quando for exigível;
- m) Guia Rescisória de FGTS e Contribuições sociais (GRFC)/Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF);
- n) Comprovante de concessão de aviso prévio ou de pedido de demissão;
- o) Cópias de cartões e/ou folhas de ponto; e
- p) Dados bancários.

10.1.18. Caberá à Secretaria de Saúde (SES), por meio da Seção de Saúde Ocupacional (SSO), fiscalizar o cumprimento, pela Contratada, das Normas Regulamentadoras constantes da Portaria nº 3.214/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, podendo a referida Unidade:

- a) exigir a apresentação dos seguintes documentos pela Contratada:
 - a.1) cópia dos documentos-base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
 - a.2) cópia do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); e
 - a.3) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) ou qualquer outro documento que se destine à comprovação do cumprimento de disposições constantes das NRs aplicáveis ao caso;
- b) solicitar a adoção das providências cabíveis para sanar irregularidades eventualmente constatadas.

10.2. Gestão

10.2.1. Atuará como gestor do contrato o secretário da Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados (SEGEST), cabendo-lhe:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- a) coordenar e acompanhar sistematicamente as atividades relacionadas à fiscalização técnica/setorial e administrativa do contrato;
- b) coordenar os atos preparatórios à instrução processual, encaminhando ao(s) setor(es) responsável(is) a documentação pertinente, para formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções e extinção dos contratos, entre outros; e,
- c) fazer o recebimento definitivo dos serviços.

10.3. Fiscalização técnica/setorial

10.3.1. A fiscalização técnica/setorial consistirá no acompanhamento in loco da execução do contrato, no que se refere aos aspectos mais elementares e cotidianos do ajuste, com o objetivo de avaliar se os serviços estão sendo prestados nos moldes contratados e se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo de prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

10.3.2. Atuarão como fiscais técnico/setoriais, os servidores, titulares e substitutos, designados por meio da [Portaria DG/TRT3 nº 50/2023](#), e suas alterações, sendo:

- a) ~~na Capital~~, como titular o Chefe da Seção de Assistência Médica e, como substituto, o seu substituto eventual;

10.3.3. As atribuições dos fiscais técnico/setoriais abrangerão:

- a) atribuição de nota para a qualidade dos serviços prestados, por meio da utilização dos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), no modelo constante do [Anexo VI](#) deste Termo de Referência;
- b) a apuração da frequência dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante;
- c) o recebimento e a conferência de uniformes entregues às Unidades do Contratante;
- d) o recebimento provisório dos serviços prestados;
- e) a resolução, junto à Contratada, de questões que envolvam o descumprimento de normas trabalhistas, quando apresentarem baixa ou média complexidade;
- f) o encaminhamento, aos fiscais administrativos, de questões que envolvam o descumprimento de normas trabalhistas, quando apresentarem alta complexidade;
- g) o encaminhamento, aos fiscais administrativos, de toda e qualquer informação que se mostrar relevante para a boa condução da execução do contrato; e
- h) a suspensão de serviço cuja execução esteja em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, sempre que tal medida se mostrar necessária.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

10.3.4. Os fiscais técnico/setoriais deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relevantes, relacionadas à execução dos serviços, e encaminhá-las ao gestor, para adoção das providências cabíveis, quando for o caso.

a) se houver registro de ocorrência de falhas na execução dos serviços, o gestor informará à Contratada, para que providencie a devida correção.

10.3.5. Os fiscais técnico/setoriais permitirão o livre acesso de representantes, prepostos e empregados da Contratada às dependências do Contratante, onde serão executados os serviços.

10.3.6. Os fiscais técnicos/setoriais deverão realizar suas atividades com esmero e atenção às orientações repassadas pelo núcleo gestor do contrato.

10.4. Fiscalização administrativa

10.4.1. A fiscalização administrativa consistirá no acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, com o objetivo de avaliar se a Contratada está cumprindo as obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas relativas aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante.

10.4.2. Atuarão como fiscais administrativos servidores da Divisão de Gestão de Serviços Terceirizados (DIGEST) vinculada à Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados (SEGEST), todos lotados na capital.

10.4.3. As atribuições dos fiscais administrativos abrangerão:

a) a verificação do cumprimento da legislação trabalhista, no que se refere:

a.1) à concessão de férias e licenças;

a.2) à observância de estabilidade provisória, quando for o caso; e

a.3) à observância da data-base da categoria profissional, para fins de concessão de reajustes.

b) o recebimento de dúvidas e ocorrências encaminhadas pelos fiscais técnico/setoriais e a indicação da solução cabível, quando for o caso;

c) a conferência das informações encaminhadas pelos fiscais técnico/setoriais, para fins de preenchimento do termo de recebimento definitivo dos serviços;

d) a apuração do fator de qualidade a ser aplicado no faturamento mensal devido à Contratada, a partir da análise dos formulários de IMR preenchidos pelos fiscais técnico/setoriais;

e) a elaboração do Relatório Detalhado de Conferência da folha de pagamento e benefícios;

f) a elaboração do Relatório Circunstanciado; e

g) a juntada da documentação condicionante;

h) o auxílio ao gestor no recebimento definitivo dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

10.4.4. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado trabalhador.

10.4.5. Para a fiscalização do cumprimento de obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, poderão os Fiscais Administrativos exigir da Contratada cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) antes do início da prestação dos serviços:

- a.1) relação dos trabalhadores terceirizados designados para a prestação de serviços nas dependências do Contratante, contendo nome completo, cargo ou função desempenhada, jornada de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- a.2) relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) dos trabalhadores terceirizados designados para a prestação de serviços nas dependências do Contratante, devidamente assinada pela empregadora; e,
- a.3) exames médicos admissionais dos trabalhadores terceirizados designados para a prestação de serviços nas dependências do Contratante.

b) mensalmente, até o último dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a fim de comprovar a quitação das obrigações da competência a que se referirem as notas fiscais, o rol de documentos constante do [Anexo VII](#); conforme prazos e especificações estabelecidos no subitem 13.8.

c) a qualquer tempo, quando se fizer necessário:

- c.1) cópia do extrato da conta do INSS e do FGTS dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante;
- c.2) cópia da folha de pagamento analítica relativa a qualquer mês da prestação de serviços, em que conste como tomador o Contratante;
- c.3) cópia de contracheques dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, relativos a qualquer mês da prestação de serviços;
- c.4) cópia de recibos relativos a quaisquer pagamentos feitos aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, por meio de depósito ou transferência bancária;
- c.5) comprovante de entrega, aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, de benefícios suplementares, como vale-transporte, a que a Contratada estiver obrigada por força de lei, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Dissídio Coletivo, relativos a qualquer mês da prestação de serviços; e,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

c.6) comprovante de realização de cursos de treinamento/reciclagem, por trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, exigidos por lei, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho, Dissídio Coletivo, ou ainda pelo contrato.

d) após 30 (trinta) dias contados da extinção de contrato de trabalho de trabalhador terceirizado que tenha prestado serviços nas dependências do Contratante:

- d.1) cópia dos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCTs), devidamente homologados, quando for exigível;
- d.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS; e
- d.4) exames médicos demissionais.

10.4.6. Se houver indício ou constatação de irregularidade no recolhimento de contribuição previdenciária, deverão os fiscais administrativos comunicar a ocorrência ao gestor, a fim de que este oficie à Receita Federal do Brasil (RFB), para a adoção das providências cabíveis.

10.4.7. Se houver indício ou constatação de irregularidade no recolhimento de contribuição para o FGTS, deverão os fiscais administrativos comunicar a ocorrência ao gestor, a fim de que este oficie ao Ministério do Trabalho e Previdência, para a adoção das providências cabíveis.

10.4.8. Nas hipóteses indicadas nos subitens 10.4.6 e 10.4.7, não havendo indício de má-fé da Contratada, poderá o Contratante conceder a ela prazo para que regularize a situação, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção administrativa, nos termos previstos no item 18 deste Termo de Referência.

10.4.9. A fiscalização administrativa observará as seguintes diretrizes:

a) na fiscalização inicial, realizada no momento do início da prestação dos serviços, será elaborada planilha-resumo do contrato administrativo, contendo as seguintes informações acerca dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante:

- a.1) nome completo;
- a.2) número de inscrição no CPF;
- a.3) função exercida;
- a.4) valor de salário, adicionais, gratificações e demais benefícios recebidos, com a correspondente especificação e quantidade;
- a.5) jornada de trabalho;
- a.6) lançamento de férias, licenças e faltas;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

a.7) lançamento de banco de horas, em vista de eventual jornada extrapolada;

a.8) demais ocorrências relevantes, havidas no curso do contrato.

10.4.10. As anotações feitas no relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) dos trabalhadores terceirizados serão conferidas pelos fiscais administrativos, por amostragem, a fim de verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada.

10.4.11. O quantitativo de trabalhadores terceirizados por posto de trabalho deverá corresponder àquele estabelecido no contrato.

10.4.12. O salário pago aos trabalhadores terceirizados não poderá ser inferior ao piso salarial da categoria profissional, previsto em Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Dissídio Coletivo aplicável.

10.4.13. Na fiscalização **administrativa** diária:

a) eventuais solicitações e/ou reclamações, relativas aos trabalhadores terceirizados ou aos serviços por eles executados nas dependências do Contratante, deverão ser dirigidas ao preposto da Contratada; e

b) será feita a conferência da assiduidade e da pontualidade de cada trabalhador terceirizado que preste serviços nas dependências do Contratante.

10.4.14. A fiscalização administrativa deverá também:

a) atualizar o Mapa de Riscos ao final da elaboração dos Estudos Preliminares e do Termo de Referência, bem assim após a etapa de seleção do fornecedor e de eventos relevantes.

b) verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.4.15. O contrato só será considerado cumprido mediante comprovação da quitação de todas as obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas referentes aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, inclusive das obrigações relativas ao pagamento das parcelas rescisórias.

10.5. Reclamações e sugestões dos usuários

10.5.1. As reclamações e sugestões dos usuários poderão ser encaminhadas diretamente aos fiscais administrativos, podendo ser direcionadas ao e-mail segest.terceirizados@trt3.br, ou por meio da Ouvidoria deste Tribunal, para a adoção das providências cabíveis.

10.6. Avaliação da Qualidade dos Serviços/Critérios de Medição dos Resultados

10.6.1. Durante a vigência do contrato, para fins de avaliação da qualidade dos serviços, o Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), de acordo com a IN Seges/MPDG nº 05/2017.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 10.6.2.** O IMR é o ajuste escrito que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 10.6.3.** Tal procedimento integrará o rol de responsabilidades do Contratante e poderá levar ao redimensionamento do pagamento pelos serviços prestados a partir dos Fatores de Qualidade (FQ) apurados mensalmente, dos quais se depreenderão os Fatores Redutores (FR) para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas de prestação dos serviços executados.
- 10.6.4.** ~~Os~~ Cada postos de trabalho contarão com formulários próprios de IMR, nos termos do Anexo VI deste Termo de Referência, que serão utilizados para avaliar a qualidade dos serviços prestados tendo por base indicadores de desempenho relativos à: (1) inspeção dos serviços; (2) postura, apresentação e capacidade de realização de atividades diárias da profissão.
- 10.6.5.** A avaliação da qualidade dos serviços prestados será feita pelo fiscal técnico/setorial, que se encarregará de realizar vistorias semanais para o preenchimento dos formulários de avaliação dos serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do TRT3.
- os itens analisados nos respectivos formulários receberão valores atribuídos aos conceitos de ótimo, bom, regular, ruim e péssimo, respectivamente equivalentes a 10 (dez), 08 (oito), 05 (cinco), 03 (três) e 0 (zero).
 - os fiscais técnico/setoriais encaminharão à fiscalização administrativa, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, os formulários de avaliação.
 - a fiscalização administrativa elaborará o Relatório de Avaliação da Qualidade e encaminhará à Contratada até o décimo dia do mês subsequente à prestação dos serviços.
 - a partir de seu recebimento, caso deseje, a Contratada terá 5 (cinco) dias para contestar as falhas apontadas e/ou apresentar justificativas.
 - a Contratada deverá encaminhar mensalmente ao Contratante, juntamente com a Nota Fiscal, o Relatório de Avaliação assinado pelo representante ou preposto da empresa.
- 10.6.6.** O Fator de Qualidade (FQ) será obtido pela média aritmética simples das porcentagens alcançadas individualmente em cada um dos indicadores de desempenho relativos ao posto de trabalho, conforme a avaliação dos serviços prestados.
- 10.6.7.** O FQ será individualizado por posto de trabalho, ~~dentro de um mesmo município,~~ conforme IMR enviado pelo(s) fiscal(is) técnico/setorial(is) responsável(is) pela unidade em questão.
- a título de exemplo, o FQ apurado para o posto de Bombeiro Civil (básico) do município de Belo Horizonte incidirá sobre todos os postos daquela Unidade.
- 10.6.8.** Os Fatores de Qualidade (FQ) apurados servirão para a composição dos Fatores Redutores (FR), mediante a simples aplicação da fórmula a seguir:

$$FR_{(\%)} = 100\% - FQ$$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

10.6.9. Por sua vez, o valor a ser efetivamente reduzido de cada um dos postos de trabalho em que houver prestação de serviços, deverá ser calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FR_{(RS)} = SOMA [(VP/30 \times QD) \times FR_{(\%)}]$$

Onde:

VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado

QD = Quantidade de dias de prestação de serviço

FR_(%) = Fator Redutor expresso em percentual

FR_(RS) = Fator Redutor expresso em termos monetários

10.6.10. O pagamento será redimensionado de acordo com os indicadores estabelecidos no IMR, não eximindo a Contratada de atuar na correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.

10.6.11. Durante os 3 (três) primeiros meses do contrato, para que a Contratada efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços e se adapte ao procedimento avaliativo, o Fator de Qualidade obtido não incidirá no valor da fatura.

10.6.12. A partir do 4º (quarto) mês de vigência contratual, o pagamento será redimensionado de acordo com os indicadores estabelecidos no IMR, sempre oportunizando o contraditório a ser formulado pela Contratada nos termos do subitem 10.6.4.

10.6.13. A aplicação de índices de desconto é instrumento de gestão contratual, não configurando sanção administrativa. Contudo a Administração poderá, pela qualidade insuficiente dos serviços prestados, aplicar as sanções previstas no contrato.

10.6.14. Excepcionalmente, será admitida a prestação de serviços com nível de conformidade inferior à qualidade mínima ajustada, mediante justificativa expressa da excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios à vontade da Contratada

10.6.15. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços pelo Contratante.

10.6.16. Caso necessário, IMR poderá ser revisto durante a vigência contratual, desde que sua alteração não configure alteração do objeto contratado.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, por meio de servidores especialmente designados para essa finalidade, que deverão anotar em registro próprio as falhas eventualmente detectadas, com indicação de dia, mês e ano da ocorrência, além do(s) nome(s) do(s) trabalhador(es) terceirizado(s) envolvido(s), e encaminhar tais apontamentos ao gestor, para a adoção das providências cabíveis;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 11.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, a ocorrência de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.1.4.** Efetuar os pagamentos mensais devidos pela efetiva execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados neste Termo de Referência, desde que satisfeitas todas as formalidades e exigências legais do contrato;
- 11.1.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre os valores das Notas Fiscais/Faturas emitidas pela Contratada, no que couber, em conformidade com a legislação pertinente;
- 11.1.6.** Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) exercer diretamente poder de mando sobre os trabalhadores terceirizados que estejam prestando serviços em suas dependências, devendo reportar-se, para tal fim, somente aos prepostos ou responsáveis indicados pela Contratada;
 - b) direcionar a contratação de pessoas pela Contratada; e
 - c) promover ou aceitar desvio de funções de trabalhadores terceirizados que estejam prestando serviços em suas dependências, designando-os para a realização de atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e/ou das atribuições correspondentes à sua categoria profissional.
- 11.1.7.** Fiscalizar, mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas relativas aos trabalhadores terceirizados que estejam prestando serviços em suas dependências, de modo que, ao final de 1 (um) ano, todos eles tenham tido seus extratos/documentos avaliados, especialmente no que se refere:
- a) à concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional;
 - b) à concessão de auxílio-transporte e auxílio-saúde, quando devido(s);
 - c) ao recolhimento de contribuições previdenciárias; e
 - d) ao recolhimento dos depósitos de FGTS.
- 11.1.8.** Fiscalizar o pagamento de parcelas trabalhistas e previdenciárias de trabalhadores terceirizados que forem dispensados ou que pedirem demissão no curso da vigência do contrato, por meio da análise dos respectivos termos de rescisão dos contratos de trabalho (TRCTs), que deverá ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias contados da extinção do contrato de trabalho;
- 11.1.9.** Oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB), quando for constatada irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias de trabalhadores terceirizados que prestem serviços em suas dependências;
- 11.1.10.** Oficiar ao Ministério do Trabalho e Previdência, quando for constatada irregularidade no recolhimento dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadores terceirizados que prestem serviços em suas dependências;
- 11.1.11.** Oficiar ao órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) para a adoção das medidas cabíveis, quando for constatado o descumprimento de obrigações



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- trabalhistas, previdenciárias e/ou relativas ao FGTS pela Contratada, em relação a trabalhadores terceirizados que prestem serviços em suas dependências;
- 11.1.12.** Receber provisoriamente o objeto do contrato, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;
- 11.1.13.** Verificar, minuciosamente, no prazo estabelecido, a conformidade do objeto executado com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.14.** Recusar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações exigidas no Edital e em seus Anexos;
- 11.1.15.** Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada;
- 11.1.16.** Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto do contrato;
- 11.1.17.** Garantir o livre acesso dos trabalhadores terceirizados aos locais de trabalho, desde que estejam devidamente uniformizados e identificados, observadas as normas internas de segurança deste Tribunal, inclusive em relação ao controle de acesso de pessoas;
- 11.1.18.** Determinar a retirada e a substituição de trabalhadores terceirizados:
- a) que não estejam devidamente uniformizados e/ou identificados;
 - b) que estejam embarçando ou dificultando a fiscalização; e/ou
 - c) cuja permanência nos locais de trabalho for considerada inconveniente.
- 11.1.19.** Verificar a observância, pela Contratada, dos requisitos mínimos de qualificação profissional necessários à prestação dos serviços, podendo exigir a substituição do terceirizado que não atenda a tais requisitos.
- 11.1.20.** Verificar a observância, pela Contratada, das especificações mínimas de qualidade exigidas para os uniformes fornecidos para a prestação dos serviços, podendo exigir a substituição daqueles que não atenderem a tais exigências;
- 11.1.21.** Proibir a utilização do malote interno deste Tribunal, pela Contratada, para o envio de uniformes ou outros itens pertinentes à contratação, para as Unidades do Contratante;
- 11.1.22.** Avaliar periodicamente a qualidade dos serviços prestados, produzindo índices de mensuração objetiva da qualidade dos serviços de acordo com os critérios previstos no IMR;
- 11.1.23.** Disponibilizar instalações sanitárias para uso dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços em suas dependências, bem como local para instalação dos armários para guarda de uniformes e demais equipamentos necessários à execução dos serviços;
- 11.1.24.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de saúde e segurança do trabalho;
- 11.1.25.** Informar à Contratada as normas a serem cumpridas, no que se refere ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal (PLS – TRT3), e fiscalizar a sua observância por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 11.1.26. Fornecer à Contratada, por escrito, as informações que se fizerem necessárias para a execução do objeto contratual.
- 11.1.27. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da Contratada, além daquelas já previstas neste Termo de Referência:

- 12.1.1. Reunir-se, antes do início da prestação dos serviços, com a fiscalização administrativa e o gestor do contrato, em data e hora a ser estipulada pelo Contratante, para alinhamento das medidas a serem adotadas.
- 12.1.2. Implantar, os postos de trabalho em quantitativos e datas a serem especificadas em Ordem(s) de Serviço(s) emitida(s) pelo Contratante, por intermédio da Secretaria gestora do contrato, observando os locais, horários e a programação de execução, sendo que somente a partir da implantação os postos poderão ser faturados
- 12.1.3. Manter ~~na capital ou Região Metropolitana de Belo Horizonte~~ estrutura administrativa e operacional que garanta a ininterrupta execução dos serviços e o pleno cumprimento de suas obrigações, resguardando o Contratante de problemas advindos da dificuldade de contato com a Contratada, ~~bem como dispêndio de recursos com ligações interurbanas e correspondências, quando da necessidade de regularização de pendências porventura existentes.~~
- a) a Contratada deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da vigência do contrato, o cumprimento da obrigação do subitem anterior.
- 12.1.4. Fiscalizar, por meio de seu preposto, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Contratante, não devem ser interrompidos.
- a) a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade por seus atos falhos.
- 12.1.5. Recrutar, selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação mínima exigida necessária à execução dos serviços requisitados pelo Contratante, observadas as disposições estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 12.1.6. Enviar ao Contratante, antes do início da prestação de serviços, relativamente a cada novo terceirizado, formulário constante do [Anexo VII](#), preenchido de forma digital, acompanhado de cópia dos seguintes documentos:
- a) relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais – eSocial, nos termos do art. 14 da Portaria/MTP nº 671/2021;
- b) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Admissional e/ou periódico, se for o caso, nos termos da NR7.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 12.1.7.** Comunicar, previamente ao Contratante, qualquer remanejamento de profissional da Contratada, ficando condicionado à autorização por escrito da Secretaria gestora do contrato, conforme o caso.
- 12.1.8.** Assumir as responsabilidades e providenciar as medidas necessárias ao atendimento daqueles empregados acidentados ou vítimas de mal súbito durante o horário de trabalho, devendo providenciar a sua substituição, quando solicitado pelo Contratante.
- a) na hipótese deste subitem, caso o trabalhador terceirizado não esteja em condições de se dirigir sozinho até a unidade de saúde, deverá a Contratada disponibilizar acompanhante para essa finalidade, arcando com o custo correspondente ao seu transporte.
- 12.1.9.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 12.1.10.** Manter atualizados os registros trabalhistas dos seus empregados.
- a) o Contratante, por meio da fiscalização administrativa e/ou fiscalização técnica/setorial, poderá examinar os relatórios de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) dos empregados alocados no serviço, para comprovar o registro de função profissional, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho.
- 12.1.11.** Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao Contratante, quando houver solicitação formal do gestor ou de qualquer um dos fiscais do contrato.
- 12.1.12.** Adotar todos os procedimentos necessários para a proteção dos dados pessoais de seus empregados, e os demais que eventualmente possam ter acesso na prestação dos serviços, considerando a legislação vigente.
- 12.1.13.** Oferecer plano de Assistência Médica para todos os empregados, observando a Convenção Coletiva de Trabalho, devendo informar ao Contratante, sempre que solicitado, as opções de empresas e planos de saúde que os terceirizados poderão aderir via Contratada caso aplicável.
- 12.1.14.** Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, **com auxílio-funeral e auxílio familiar para seus profissionais, se for o caso, observadas as exigências da CCT adotada;**
- 12.1.15.** Relacionar de forma clara e por escrito, via cartilha a ser entregue a todo terceirizado, antes do início da prestação dos serviços ao Contratante, todos os direitos, benefícios e deveres a que o empregado faz jus em razão de Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, bem como orientações quanto ao uso adequado de EPIs e EPCs, conservação do uniforme, postura, apresentação, capacidade de realização de atividades diárias da profissão e outras informações essenciais ao bom desempenho do serviço a ser prestado.
- a) cópia da cartilha instrucional deverá ser enviada ao Contratante, sempre que solicitado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

12.1.16. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do Contratante, sendo vedado:

- a) qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas, bilhetes ou qualquer tipo de comércio, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) a permanência dos terceirizados nas dependências do órgão no qual prestam serviços antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do Contratante;
- d) o uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

12.1.17. Orientar e garantir que os terceirizados farão uso de uniforme completo e de crachá de identificação, em local visível, em todos os ambientes do Contratante, durante toda a jornada de trabalho.

12.1.18. Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual.

- a) para fins de acompanhamento da concessão de férias e das substituições de profissionais, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização administrativa, mensalmente, a relação contendo nome dos profissionais em gozo de férias, o período e os dados de identificação do substituto, quando houver;
- b) parte do período de gozo de férias dos funcionários poderá coincidir com o recesso forense, que ocorre entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, momento em que, a depender da necessidade do Contratante, previamente formalizada, não se fará necessária a cobertura do posto de trabalho, em razão da suspensão dos serviços prestados, nos termos do ~~subitem 8.6~~ subitem 9.5 deste Termo de Referência;
- c) será autorizado o fracionamento de férias para os dias restantes além do recesso forense, ressalvado o período concessivo e as condições legais de fracionamento, conforme disposto no art. 134, §1º da CLT;
- d) a escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais, devendo ser submetida previamente à Secretaria gestora;
- e) a Contratada deverá observar rigorosamente os prazos e obrigações dispostos na legislação trabalhista.

12.1.19. Providenciar as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença paternidade, licença-maternidade, licença-médica ou outro afastamento, inclusive folgas relativas a trabalho em processo eleitoral.

- a) a Contratada deverá encaminhar à Secretaria gestora, mensalmente, a relação contendo o nome, o motivo e o período dos afastamentos, e os dados de identificação do substituto, quando houver;
- b) em todos os casos de substituição, a Contratada deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 12.1.20.** Substituir, independentemente de solicitação do Contratante ou sempre que formalizado pela Secretaria gestora, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.
- a) no cumprimento desse encargo, a Contratada deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do Contratante, devendo comunicar imediatamente a situação à Secretaria gestora;
- 12.1.21.** Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale transporte e vale alimentação.
- 12.1.22.** Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da prestação de serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, para verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.
- a) o detalhamento para acesso e consulta às informações fornecidas pelas ferramentas em questão deverão constar da cartilha a ser entregue a todo terceirizado, conforme obrigação constante do subitem 12.1.15
- 12.1.23.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e FGTS, sempre que solicitado pela fiscalização administrativa.
- 12.1.24.** Efetuar o pagamento mensal dos salários diretamente na conta corrente dos seus profissionais, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- a) não será permitido pagamento em espécie nas dependências do Contratante; e,
- b) os contracheques deverão ser disponibilizados aos funcionários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, podendo ser utilizado meio virtual.
- 12.1.25.** Efetuar o pagamento ou a entrega do vale-transporte aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, conforme prazos e condições definidos em legislação específica e em Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, ficando estabelecido que:
- a) se o pagamento ou a entrega do vale-transporte não ocorrer no prazo estabelecido em normativos próprios e, em razão disso, o trabalhador vier a arcar com o custo do deslocamento entre sua residência e o seu local de trabalho, deverá ele ser ressarcido pela Contratada, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data em que lhe for dada a ciência do fato;
- b) o descumprimento da obrigação prevista neste subitem autoriza a falta ao trabalho, caso em que a Contratada estará proibida de descontar, do trabalhador, o valor correspondente ao(s) dia(s) não trabalhado(s), ficando obrigada, ainda, a promover a cobertura do posto de trabalho; e,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

c) em caso de paralisação do transporte coletivo, deverá a Contratada promover o transporte do(s) trabalhador(es) terceirizado(s) no trajeto entre a residência e o local de trabalho, por meio próprio, não podendo tal ônus ser transferido ao Contratante.

12.1.26. Efetuar o pagamento ou a entrega, **se for o caso**, do vale alimentação aos trabalhadores terceirizados que prestem serviços nas dependências do Contratante, conforme prazos e condições definidos em legislação específica e em Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho.

a) o valor correspondente ao vale-transporte e/ou tíquete refeição pagos/fornecidos ao trabalhador terceirizado e que não for utilizado em razão de ausências ao trabalho, poderá ser objeto de desconto por ocasião do fornecimento do(s) mesmo(s) benefício(s) do mês subsequente, sendo vedado o desconto do valor correspondente diretamente no salário ou em eventuais gratificações ou adicionais.

12.1.27. Efetuar o pagamento de cesta básica, se for o caso, nos termos estabelecidos pelas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho da categoria profissional.

12.1.28. Providenciar, no início da prestação de serviços e sempre que necessário, a realização de perícia, a ser procedida por profissional competente e devidamente registrado no respectivo conselho de classe, atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho e Previdência, nos termos dos artigos 192 e 195 da CLT e da referida Norma Regulamentadora, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.

12.1.29. Providenciar, se aplicável, no início da prestação de serviços e sempre que necessário, a realização de perícia para caracterização da periculosidade, a ser procedida por profissional competente e devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe, nos termos dos artigos 193 e 195 da CLT e da NR-16, ficando o pagamento do adicional de periculosidade condicionado à realização da referida perícia.

12.1.30. Observar toda a legislação e as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego relativas à segurança e à saúde no trabalho, em especial, a NR-17, que dispõe sobre Ergonomia e a NR-24, que trata acerca das Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Além disso, implantar e executar as ações obrigatórias e outras necessárias para resguardar os pagamentos de adicionais de insalubridade ou periculosidade cabíveis, bem como garantir a adoção de procedimentos para evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

12.1.31. Elaborar, implantar e executar, no prazo estabelecido pelos normativos, após visita ao local onde serão prestados os serviços, todas as ações relacionadas à saúde e segurança do trabalho, observando, sempre, a legislação mais atualizada, devendo apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, cópia dos seguintes documentos:

- a) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- b) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- c) Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);
- d) Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); e,
- e) Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades realizadas nas dependências da Contratante ou em local previamente convencionado em contrato nos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

termos do item 1.5.8.4 da NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

12.1.31. Informar, antes do início da prestação de serviços e/ou sempre que houver alteração, se há algum empregado da Contratada alocado no quadro de terceirizados do Contratante que se enquadre nos critérios de concessão de aposentadoria especial, para fins de adequada retenção previdenciária, nos termos do art. 131, da IN RFB nº 2110/2022, e do art. 6º, da Lei nº 10.666/2003, devendo apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, cópia do seguinte documento:

a) recibo de envio do evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos, do eSocial, relativamente a cada terceirizado.

12.1.32. Promover o desenvolvimento de ações socialmente justas e inclusivas, que favoreçam a equidade e a diversidade por meio de políticas afirmativas não discriminatórias, devendo, para tanto, manter, durante toda a execução do contrato, desde que compatível com os requisitos do posto e com as habilidades exigidas para as categorias profissionais, o emprego de mão de obra no percentual mínimo estabelecido para os grupos a seguir:

a) mulheres em condições de vulnerabilidade econômico-social, em especial vítimas de violência doméstica, nos termos do inciso I, §9º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021 e art. 3º da Resolução CNJ n. 497/2023;

b) pessoas egressas do sistema prisional, nos termos do inciso I, §9º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021 e art. 11 da Resolução CNJ n. 307/2019; e,

c) pessoas com deficiência, em especial com deficiência intelectual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8213/1991 c/c a Recomendação CSJT n. 24/2022.

12.1.33. Comprovar, sempre que solicitado pelo Contratante, o cumprimento das ações afirmativas elencadas no subitem anterior.

12.1.34. Providenciar, com estrita observação dos prazos legais, o registro da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) no eSocial, sempre que houver ocorrências deste tipo com qualquer empregado que preste serviços nas dependências do Contratante. A cópia do referido documento deverá ser enviada ao Contratante, não eximindo a Contratada da imediata comunicação do evento à Secretaria gestora e a Seção de Saúde Ocupacional do Contratante (sso@trt3.jus.br).

12.1.35. Recomenda-se que, a cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada encaminhe termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

12.1.36. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507- B, parágrafo único, da CLT.

12.1.37. A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade dos serviços prestados, mantendo durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na contratação. Se, no decorrer da vigência contratual, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CONTRATADA a substituí-los ou refazê-los, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.1.38. Informar ao CONTRATANTE qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT-MG;

12.1.39. Aderir às metodologias relacionadas ao envio e processamento de documentos fiscais do módulo de Execução Financeira do sistema SIGEO - JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho).

13. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 13.1.** A emissão de Notas Fiscais deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços prestados.
- 13.2.** O recebimento provisório dar-se-á até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será realizado pelos fiscais técnico/setoriais responsáveis em cada Unidade do Contratante em parceria com os fiscais administrativos.
- 13.3.** Durante a etapa de recebimento provisório, a Contratada deverá apresentar toda documentação prevista no [Anexo VIII](#), de modo a viabilizar que a fiscalização administrativa promova a verificação da regularidade dos serviços prestados quanto aos aspectos fiscais e trabalhistas.
- 13.4.** A documentação deverá ser criteriosamente apresentada pela Contratada, conforme detalhamento constante do subitem 13.8.
- 13.5.** Caso se constate a apresentação parcial dos documentos a que se refere o subitem 13.8, a Contratada será comunicada pela fiscalização administrativa e se interromperá de imediato o prazo para recebimento definitivo, de modo que novo prazo começará a ser contado a partir da entrega da documentação complementar.
- 13.6.** O recebimento definitivo dar-se-á até o 30º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será realizado por comissão constituída por 3 (três) servidores, sendo o gestor e 2 (dois) fiscais administrativos.
- 13.7.** A sistemática a ser percorrida para recebimento e aceitação do objeto está detalhada na tabela a seguir:

Etapas do Recebimento e Aceitação do Objeto	
Recebimento Provisório	<p>Até 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:</p> <p>Fiscais técnicos/setoriais deverão prestar à fiscalização administrativa informações relativas à:</p> <ul style="list-style-type: none">• Frequência dos terceirizados e demais ocorrências, por meio do Termo de Recebimento Provisório (TRP)• Qualidade dos serviços prestados, por meio do Formulário de Avaliação que integra o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) <p>Contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:</p> <ul style="list-style-type: none">• Listagem analítica da folha de pagamento e respectivo comprovante de pagamento• Comprovante de pagamento de vale-alimentação (caso aplicável)• Comprovante de pagamento de cesta básica (caso aplicável)• Comprovante de pagamento de vale-transporte



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

	<p>Até o 15º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:</p> <p>Fiscais administrativos deverão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tratar as informações apresentadas pelos fiscais técnico/setoriais relativas à frequência e demais ocorrências dos terceirizados• Apurar o Fator de Qualidade (FQ) alcançado pela Contratada a partir dos formulário de IMR apresentados pelos fiscais técnicos/setoriais e submeter o Relatório de Avaliação de Desempenho para ciência e manifestação de concordância da Contratada• Elaborar o faturamento preliminar a partir das informações apuradas relativas a frequência e ao IMR e submeter para ciência e manifestação de concordância da Contratada
	<p>Até o 20º dia do mês subsequente ao da prestação de serviços:</p> <p>Contratada deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">• Devolver Relatório de Avaliação de Desempenho (IMR) assinado anuindo com o FQ apurado ou manifestar discordância expressa e fundamentada• Devolver faturamento manifestando anuência ou discordância expressa e fundamentada <p>Fiscais administrativos deverão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tratar eventuais discordâncias apresentadas pela Contratada até que se alcance um senso comum
	<p>Até o 22º dia do mês subsequente ao da prestação de serviços:</p> <p>Contratada deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar toda documentação condicionante elencada no subitem 13.8
	<p>Até o 25º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:</p> <p>Fiscais administrativos deverão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar a regularidade da documentação condicionante apresentada pela Contratada e solicitar complementações que se fizerem necessárias• Autorizar emissão das Notas Fiscais¹ somente após completa regularidade da documentação condicionante <p><i>¹A Contratada deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da autorização para emissão do documento fiscal, enviar as Notas Fiscais em arquivo digital para a fiscalização administrativa bem como proceder à juntada no SIGEO.</i></p>
Recebimento Definitivo	<p>Até o 30º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:</p> <p>Fiscais administrativos deverão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar a conferência das Notas Fiscais• Realizar conferência dos documentos fiscais e informações lançadas no SIGEO• Redigir Relatório de Conferência da folha de pagamento e benefícios• Redigir Relatório Circunstanciado• Montar processo de pagamento conforme check list constante do Anexo VIII• Submeter o processo ao gestor <p>Comissão constituída de 3 (três) servidores, sendo o gestor e 2 (dois) fiscais administrativos</p> <ul style="list-style-type: none">• Assinar o Termo de Recebimento Definitivo (TRD)²• Submeter o processo à Seção de Liquidação de Despesas de Serviços Terceirizados <p><i>² A partir do recebimento definitivo das Notas Fiscais, o pagamento será efetuado pelo Contratante em até 10 (dez) dias úteis, nos termos do subitem 14.5.</i></p>

13.8. A Contratada deverá apresentar a documentação prevista no [Anexo VIII](#), em arquivos digitais a serem encaminhados ao endereço eletrônico do Contratante (segest.terceirizados@trt3.jus.br), nos prazos e especificações detalhados a seguir:

13.8.1. Até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:

- a) Listagem analítica da folha de pagamento e respectivo comprovante de pagamento;
- b) Comprovante de pagamento de tíquete refeição;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- c) Comprovante de pagamento de cartão cesta básica; e,
- d) Comprovante de pagamento de vale-transporte.

13.8.2. Até o 22º (vigésimo segundo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços:

- a) Guia de Recolhimento FGTS (GRF), acompanhado do respectivo comprovante de pagamento;
- b) Guia de Recolhimento INSS (DARF), acompanhado do respectivo comprovante de pagamento;
- c) Declaração de enquadramento de aposentadoria especial, conforme modelo ([Anexo IX](#));
- d) Arquivos SEFIP;
 - d.1) Protocolo de Envio (Conectividade social);
 - d.2) Relação dos Trabalhadores (RE);
 - d.3) Resumo de Fechamento;
 - d.4) Relação dos Tomadores/Obras (RET e Resumo RET); e,
 - d.5) Relatório analítico GRF.
- e) Relatórios DCTFweb;
 - e.1) Relatório de Créditos e Débitos;
 - e.2) Relatório Resumo de Créditos e Débitos;
 - e.3) Relatório da Declaração Completa; e,
 - e.4) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários.
- f) Evento e-Social: S-50001 – informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador
- g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU);
 - g.1) TCU – Licitantes Inidôneos;
 - g.2) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA);
 - g.3) Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e,
 - g.4) Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- h) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- h.1) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- h.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e,
- h.3) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União (CND – Unificada RFB/PGFN).

13.8.3. Até no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da autorização para emissão do documento fiscal:

- a) Notas fiscais;
- b) Documento auxiliar de retenção de ISSQN (RANFS/DAPS/DRF), se for o caso.

13.9. Os documentos elencados no subitem 13.8 deverão ser apresentados de forma organizada, em arquivos digitais, em formato pdf que permita o uso da função localizar (Ctrl F), e identificados com a nomenclatura padrão estabelecida pelo Contratante, conforme Checklist Ilustrado a ser disponibilizado pela Secretaria gestora.

13.10. Os prazos estabelecidos na sistemática de recebimento e aceitação do objeto deverão ser criteriosamente observados por todos os envolvidos (Contratada, fiscais técnico/setoriais, fiscais administrativos e gestor), devendo ser apresentada justificativa para eventuais atrasos.

13.11. Caso o prazo limite estabelecido para alguma das etapas incida em feriado ou final de semana, deverá ser considerado o dia útil imediatamente anterior.

13.12. Caso o faturamento e/ou a(s) nota(s) fiscal(is) apresentado(s) contenha(m) erro(s), a Contratada será comunicada para correção e/ou complementação de informações, ficando o prazo para o recebimento definitivo suspenso até que todas as divergências sejam dirimidas, procedimento este aplicado, também, diante da falta de documentação necessária para pagamento ou de atraso, pela Contratada, na adoção de outras providências reputadas necessárias pelo Contratante durante a fase de aceitação do objeto.

13.13. Caso se verifique a necessidade de apresentação de documentação que não esteja listada no [Anexo VIII](#), deverá a Contratada enviar o novo documento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Contratante.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mensalmente, mediante ordem bancária, em conta corrente por ela indicada, por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - SIGEO, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

14.3. O adimplimento da obrigação será feito em moeda nacional.

14.4. Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

14.5. O pagamento será efetuado pelo Contratante em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo das notas fiscais, que deverão, obrigatoriamente, serem juntadas no SIGEO, acompanhadas dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista elencados no subitem 13.8, bem assim do resumo discriminado de faturamento que deverá ser



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

apresentado em modelo a ser disponibilizado pelo Contratante (formato excel), incluindo dentre outras informações, a indicação do nome e CPF dos terceirizados, a quantidade de dias trabalhados e o valor faturado por posto.

- a) todos os documentos juntados no SIGEO também deverão ser encaminhados de forma digitalizada para o e-mail da Secretaria gestora, para fins de conferência e execução de todos os procedimentos inerentes à montagem do processo de pagamento;
 - b) se algum documento de regularidade fiscal e trabalhista estiver com a validade expirada, a Contratada será notificada para proceder à sua regularização ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato.
- 14.6.** Ocorrendo erros na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), a Contratada deverá providenciar sua exclusão no SIGEO. Após correção da(s) Nota(s) Fiscal(is), a Contratada deverá realizar nova juntada no Sistema, sendo que o atraso no cumprimento dessa obrigação implicará postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isso gere encargos financeiros para o Contratante.
- 14.7.** Haverá retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, nos termos do subitem 1 do Anexo VIII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produziu os resultados pactuados, deixou de executar os serviços contratados ou não os executou com a qualidade mínima exigida; e/ou
 - b) deixou de utilizar os recursos humanos exigidos para a execução dos serviços contratados ou utilizou-os em quantidade inferior à pactuada.
- 14.8.** A retenção ou glosa a que se refere a alínea "a" do subitem anterior deverá ser feita considerando a mensuração do percentual de pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços, tendo por base os parâmetros definidos, de forma prévia e objetiva, no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme [Anexo VI](#).
- 14.9.** Além dos descontos previstos nos subitens 14.7 e 14.8, haverá glosa no pagamento mensal dos valores correspondentes aos:
- a) benefícios de transporte e auxílio refeição/alimentação, em relação aos dias em que não houver expediente em determinada localidade, em razão de feriado forense, nacional e/ou municipal ou qualquer outra hipótese de suspensão das atividades que dispense a prestação dos serviços terceirizados, conforme disposto no subitem 9.4.13 deste Termo de Referência;
 - b) benefícios devidos a título de vale-transporte, em relação aos trabalhadores terceirizados que expressamente tenham optado por não receber o referido benefício, previsto na Lei nº 7.418/1985 e regulamentado pelo Decreto nº 10.854/2021.
- 14.10.** Tendo em vista a instituição do recesso forense pelo inciso I do art. 62 da Lei nº 5.010/1966, poderá haver a suspensão dos serviços prestados por postos em jornada de 30h semanais com a correspondente glosa no pagamento dos meses de dezembro e de janeiro; conforme disposto no subitem 9.5.1 deste Termo de Referência.
- 14.11.** Por ocasião do pagamento, deverá a Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) efetuar a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial aquela constante do art. 31 da Lei nº 8.212/1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, quando couber.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 14.12.** A adequação de pagamento, após o primeiro ano de vigência contratual, observará o disposto no subitem 8.6 deste Termo de Referência.
- 14.13.** Poderá o Contratante solicitar à Contratada o encaminhamento das guias de recolhimento de ISSQN juntamente com as Notas Fiscais.
- 14.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I	
Onde:	EM = Encargos moratórios
	N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
	VP = Valor da parcela a ser paga
	I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
	I = (TX)/365 I = (6/100)/365 I = 0,0001644
	TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 14.15.** Quando da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento, serão verificados os documentos comprobatórios de situação regular para com a Receita Federal por meio de Certidão Unificada (Portaria MF 358/2014), FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, bem como para com o CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais). Nesta oportunidade também será verificada a situação cadastral junto ao SICAF e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CNJ/CGU), ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) e ao TCU (Lista de Inidôneos do TCU). Se algum desses documentos estiver com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato.

15. CONTA DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

- 15.1.** Aplicam-se à Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - as regras estabelecidas neste Termo de Referência; na Resolução nº 169/2013 do CNJ alterada pelas Resoluções nº 183/2013, nº 248/2018 e 301/2019 também do CNJ; e suas alterações; na Instrução Normativa TRT3/GP nº 7/2013, no acordo de cooperação técnica celebrado entre o Contratante e a Caixa Econômica Federal (Contrato 21CN043 ou outro que vier a substituí-lo), conforme [Anexo XVI](#), e nas decisões do CNJ que vinculem o Contratante, bem como as atualizações que vierem a ser editadas até a data de apresentação das propostas e ao longo da vigência do contrato, pertinentes à matéria.
- 15.2.** A assinatura do contrato de prestação de serviços será sucedida dos seguintes atos:
- a) solicitação, pelo Contratante ao banco público, mediante ofício, de abertura de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, em nome da Contratada, de acordo com o modelo do acordo de cooperação firmado com a instituição financeira oficial; e



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- b) assinatura, pela Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Contratante, dos documentos de abertura da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação e de termo específico da instituição financeira oficial, que permita a este Tribunal ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal, conforme modelo indicado no acordo de cooperação.
- 15.3.** O descumprimento do prazo indicado na alínea “b” do subitem anterior poderá ensejar a aplicação de sanção administrativa nos termos dispostos no subitem 18 deste Termo de Referência.
- 15.4.** As rubricas de encargos trabalhistas, relativas a férias, terço constitucional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAP /SEBRAE etc.) e FGTS sobre férias, terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário serão destacadas do pagamento do valor mensal devido à Contratada pela prestação dos serviços, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc, e depositadas exclusivamente em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em banco público oficial, com o qual o Contratante possua termo de cooperação.
- 15.5.** Os depósitos mencionados no subitem anterior serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 15.6.** Eventuais despesas decorrentes da abertura, manutenção e movimentação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação serão custeadas por meio da taxa de administração (custos indiretos da planilha de custos e formação de preços), constante da proposta comercial apresentada pela Contratada na licitação.
- 15.7.** Caso a instituição financeira promova desconto(s) diretamente na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, tais valores serão destacados do pagamento do valor mensal devido à Contratada e depositados na referida conta.
- 15.8.** O saldo da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice da poupança definido no acordo de cooperação firmado entre o Contratante e a instituição financeira oficial ou por outro que vier a substituí-lo.
- 15.9.** O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas, incidentes sobre a remuneração:

Rubrica	Percentual
a) Férias	9,09%
b) Terço constitucional de férias	3,03%
c) 13º (décimo terceiro) salário	9,09%
d) Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa	4,01%
e) Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário	De acordo com o regime de tributação a que a Contratada está sujeita

- 15.10.** A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- a) resgatar da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 15.4, desde que relativas a empregados alocados para a prestação dos serviços contratados; e
- b) movimentar os recursos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 15.4.
- 15.11.** A solicitação a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhada de planilha contendo os valores despendidos ou que serão objeto de movimentação direta, conforme modelo a ser disponibilizado pelo Contratante, e ainda a discriminação dos montantes de cada rubrica, referentes a cada empregado, bem como das informações relativas às datas de admissão, de disponibilização ao Contratante, de aquisição e de fruição do direito.
- 15.12.** Para resgate de recursos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, na forma prevista na alínea “a” do subitem 15.10, a Contratada, após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da realização do efetivo pagamento/recolhimento, relativo a cada empregado, das rubricas indicadas no subitem 15.4.
- 15.13.** Após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, o Contratante expedirá a autorização a que se refere a alínea “a” do subitem 15.10 e a encaminhará à instituição financeira, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.
- 15.14.** Para movimentação de recursos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, na forma prevista na alínea “b” do subitem 15.10, a Contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores das obrigações/indenizações trabalhistas devidas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis dos seus respectivos prazos de vencimento, acompanhados das informações bancárias necessárias para o pagamento direto aos empregados alocados na execução do contrato.
- 15.15.** Em caso de descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior ou de documentação incompleta, o pedido de movimentação será indeferido.
- 15.16.** Compete exclusivamente à empresa contratada a veracidade e a correção dos dados bancários dos empregados a serem favorecidos na transação bancária, respondendo pelo atraso no pagamento das obrigações trabalhistas decorrente de eventual incorreção nos dados fornecidos ao Tribunal.
- 15.17.** O Contratante solicitará à instituição financeira que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para as contas-correntes dos empregados, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.
- 15.18.** Eventual saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, nos termos do § 4º do art. 14 da Resolução CNJ nº 169/2013.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

16. REPACTUAÇÃO E REVISÃO

- 16.1.** É admitida a repactuação dos preços para fins de adequação aos novos custos decorrentes do mercado e/ou da mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma apresentada nos subitens 16.4.1 e 16.4.2, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, nos moldes estatuídos pelo art.12 do Decreto nº 9.507/2018 e pelos arts. 54 a 60 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e pelo art. 135 da Lei nº 13.144/2021.
- 16.2.** Além dos documentos mencionados no subitem 16.1, quando da solicitação da repactuação, a Contratada deverá apresentar:
- a) documentação comprobatória do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).
 - b) documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, bem como certidões no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS, extraída do Portal Transparência da CGU; no cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ e no Cadastro de Licitantes Inidôneos do TCU.
- 16.3.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 16.4.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 16.4.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, adotados à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.
 - 16.4.2.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.
- 16.5.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.
- 16.5.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada mediante termo aditivo.
- 16.6.** O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 16.7.** Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo fixado no subitem 16.5, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 16.8.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

16.8.1. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, poderá a Contratada solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

16.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção e dissídio coletivo de trabalho.

16.11. O Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

16.13. Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a Contratada demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \times V$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação ou do mês a que o último reajuste tiver se referido.

16.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- a) fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
 - b) nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.13.2.** Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.13.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 16.14.** A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela Contratada do aumento dos custos, considerando-se:
- a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - b) as particularidades do contrato em vigência;
 - c) a nova planilha com variação dos custos apresentada;
 - d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - e) a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.
- 16.15.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para a concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 16.16.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 16.16.1.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta dias), contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 16.16.2.** O prazo referido no subitem 16.14 ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 16.17.** As repactuações serão formalizadas por meio de termo aditivo ao contrato.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 16.18.** A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação e para a revisão, nos termos dos subitens 17.1 e 17.2.
- 16.19.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, por meio do instituto da revisão de preços, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos, conforme previsto no inciso II, item "d", do art. 124, art. 130 e art. 131 da Lei nº 13.144/2021.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 17.1.** A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 13.144/2021, da Circular SUSEP n. 662/2022 e do Anexo VII-F, item 3, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da Contratada.
- 17.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 17.3.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,5% (cinco centésimos por cento)** do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 17.4.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia autorizará o Contratante a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, c/c o inciso I do art. 138 do mesmo diploma legal.
- 17.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento de outras obrigações nele previstas;
 - prejuízos diretos causados ao Contratante, em decorrência de culpa ou dolo da Contratada durante a execução do contrato;
 - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada; e
 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 17.6.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.7.** Caso a Contratada opte pela garantia em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e avaliados pelos seus valores econômicos, na forma definida pelo Ministério da Economia.
- 17.8.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 17.5, observada a legislação que rege a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 17.9.** Caso a Contratada opte pela garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 17.10.** Em caso de alteração do valor do contrato, publicação de novos termos aditivos ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.11.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.12.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.13.** Considerar-se-á extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou
 - b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistro. Havendo tal comunicação, o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 17.14.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 17.15.** A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia prestada, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 17.16.** A garantia somente será liberada mediante comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as verbas rescisórias devidas aos trabalhadores terceirizados vinculados ao contrato de prestação de serviços firmado.
- 17.17.** Caso o pagamento a que se refere o subitem 17.16 não seja realizado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para a quitação das verbas rescisórias ali mencionadas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507/2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.18.** Em caso de não pagamento das verbas rescisórias a que se refere o subitem 17.16, poderá a garantia ser liberada se a Contratada comprovar que os trabalhadores terceirizados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem interrupção dos contratos de trabalho.
- 17.19.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores terceirizados vinculados ao contrato caso não haja comprovação, pela Contratada:
- a) do pagamento das respectivas verbas rescisórias, no prazo previsto no subitem 17.16; ou
 - b) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, na forma prevista no subitem 17.18.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer alguma das seguintes infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133/2021:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) ifraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. **Observado o devido processo legal**, serão aplicadas à Contratada quando incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

18.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 18.1 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

18.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" do subitem 18.1 deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. **Multa:**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- a) moratória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, nos termos já dispostos no subitem 17.3 deste Termo de Referência
- b) moratória, cumulativamente às demais sanções, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021, por qualquer das condutas descritas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, não podendo ser superior a 2% do valor anual do contrato, devendo ser aplicada a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA % do valor anual do contrato
1	0,5%
2	0,75%
3	1,00%
4	1,25%
5	1,50%
6	1,75%

Tabela 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material ou equipamento licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por dia de ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por dia ocorrência
5	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por dia de ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por dia de ocorrência
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por dia de ocorrência
8	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por dia de ocorrência
9	Retirar colaboradores do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante.	4	Por empregado e por dia de ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
10	Substituir colaborador que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
11	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por dia de ocorrência
12	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	1	Por dia de ocorrência e por posto
13	Cumprir determinação da fiscalização para controle de acesso de seus empregados.	1	Por dia de ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por dia de ocorrência
15	Efetuar a reposição de terceirizados faltosos.	2	Por empregado e por dia de ocorrência
16	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
17	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na Capital ou Região Metropolitana.	1	Por dia de ocorrência
18	Apresentar, quando solicitado, ou apresentar com atraso ou incompleta documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	1	Por dia de ocorrência
19	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por dia de ocorrência
20	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e de seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente advertida pela fiscalização administrativa.	3	Por item e por dia de ocorrência
21	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 24 horas, contadas da comunicação do Contratante.	2	Por equipamento e por dia de atraso
22	Cumprir pontos da política de sustentabilidade do TRT3 (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia).	3	Por dia de ocorrência apontada
23	Atender normas do Min. Trabalho e Emprego sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	6	Por dia de ocorrência apontada

18.3.1. A multa de mora, prevista no subitem 18.3.b, poderá ser convertida em compensatória, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e nem superior a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato, no caso de atraso injustificado superior a 30 (trinta dias) dias, autorizando o Contratante a promover a extinção unilateral do contrato, nos termos do art. 156, §3º e art. 162, da lei nº 14.133/2021.

18.3.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

18.3.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da Lei nº 14.133/2021.

18.3.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 18.3.5.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 18.4.1.** Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.5.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, nos termos do art. 159, da Lei 14.133/2021.
- 18.6.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos à(s) sanção(ões) por ele aplicada(s), para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.9.** Os débitos da Contratada para com o Contratante resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Contratante decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 18.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

19.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

19.3. Habilitação jurídica

19.3.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

19.3.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.3.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

19.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

19.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

19.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

19.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

19.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.5. Qualificação Econômico-Financeira

19.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

19.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

19.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- c) patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

19.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

19.5.6. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do [Anexo XI](#) deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

19.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19.6. Qualificação Técnica

19.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e/ou de que



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assinada pelo responsável técnico, conforme modelo constante do [Anexo III](#) deste Termo de Referência.

19.7. Qualificação Técnico-Operacional

- 19.7.1.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 19.7.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 19.7.2.1.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- 19.7.3.** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- 19.7.3.1.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN Seges/MPDG n. 5/2017, aplicável por força da IN Seges/ME nº 98/2022.
- 19.7.4.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 19.7.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 19.7.6.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 19.7.7.** Certificado de credenciamento (CRD) junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em plena validade, com revalidação no verso, para o exercício de serviços normatizados por este órgão, conforme dispõem as Normas Técnicas vigentes.
- 19.7.8.** Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na Capital ou Região Metropolitana de Belo Horizonte, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato.
- 19.7.9.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

19.8. Qualificação Técnico-Profissional

- 19.8.1.** Apresentar profissionais bombeiros civis (básico) devidamente credenciados no Corpo de Bombeiro de Minas Gerais (CBMMG) e com certificado válido de curso na área de bombeiro civil fornecido por empresa devidamente credenciada e qualificada para ministrar curso para esse fim.
- 19.8.2.** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo Contratante, nos termos do §6º do art. 67 da lei nº 14.133/2021.
- 19.8.3.** Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.
- 19.8.4.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 19.8.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

20. EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 20.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando, no que couber, o disposto nos arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 20.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato, devendo ser formalizado via termo aditivo, se for o caso, eventual mudança da pessoa jurídica contratada.
- 20.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 20.4.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 20.5.** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má fé ou a incapacidade de correção.
- 20.6.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 20.7.** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o Contratante reterá:
- a) a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria nos termos do art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 65, I, da IN Seges/MPDG n.º 05/2017;
 - b) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada nos termos do art. 65, II, da IN Seges/MPDG n.º 05/2017.
- 20.8.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado nos termos do art. 121, §3º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 65, parágrafo único, da IN Seges/MPDG n.º 05/2017.
- 20.9.** O contratante poderá ainda:
- a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, nos termos do art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021, conforme legislação que rege a matéria; e
 - b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.
- 20.10.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

21. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO, AO CONSÓRCIO E ÀS COOPERATIVAS

- 21.1.** Considerando que a prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva constitui-se na parcela principal da obrigação, não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas nos termos do item 18 deste Termo de Referência.
- 21.2.** Considerando que a contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns, prestados por várias empresas no mercado, não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade.
- 21.3.** Considerando que a licitação visa à contratação de mão de obra para prestação de serviços não eventuais e em caráter de subordinação, não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativa, tal como tratado no Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, homologado pela Justiça do Trabalho (AI n.º 2003.01.00.023353-0).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

21.3.1. A participação de cooperativas no certame implicaria violação à legislação trabalhista, a leis que regem a atividade cooperativa, e à própria Lei nº 14133/2021 (art. 9º, inciso I, alínea a), que diz ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar no edital condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 22.1.** É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do Contratante, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.
- 22.2.** É vedada à Contratada a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 22.3.** A Contratada deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 22.4.** Caberá à Contratada implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.
- 22.5.** A Contratada compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Contratante.
- 22.6.** A Contratada deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o Contratante, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/2018.
- 22.7.** A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Contratante, ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/2018.
- 22.8.** Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a Contratada e seus representantes ficam cientes do acesso e da divulgação, por este Contratante, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

23. DA ANTICORRUPÇÃO

- 23.1.** A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, em especial as Leis nº 12.846/2013 nº 8.429/1992 e seus regulamentos, e se compromete, por si e por seus sócios, dirigentes, administradores e colaboradores, a cumpri-las



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

fielmente, e observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência e eficiência, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

24. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 24.1.** O custo anual estimado total da contratação, considerando o quantitativo de postos previstos para contratação imediata somado ao quantitativo de postos previsto como expectativa de contratação futura é de **R\$ 871.316,40 (oitocentos e setenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no [Anexo XII](#) deste Termo de Referência, sendo:
- 24.1.1.** O custo anual estimado para a **contratação imediata é de R\$ 348.526,56 (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos)**.
- 24.1.2.** O custo anual estimado para a expectativa de **contratação futura é de R\$ 522.789,84 (quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro reais)**.
- 24.2.** Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 23 da IN Seges/ME nº 73/2022.
- 24.2.1.** Para fins de observância do art. 22 da IN Seges/ME nº 73/2022, deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de 0,1% entre os lances, conforme valores indicados na tabela constante do [Anexo XII](#) deste Termo de Referência.
- 24.2.2.** Os lances deverão ser realizados considerando-se o quantitativo de postos previsto para a contratação imediata somado ao quantitativo de postos previstos para a expectativa de contratação futura.
- 24.2.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

25. DISPOSITIVOS FINAIS

- 25.1.** A presente contratação fomenta o alcance do Objetivo Estratégico "Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional" ciclo 2021 a 2026.
- 25.2.** A presente contratação consta do Plano de Contratações Anuais (PCA) do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 2024, item 188, registrado como demanda de "Prestação de serviços de bombeiro civil profissional".
- 25.3.** A presente contratação estará vinculada ao disposto neste Termo de Referência, ao Edital de licitação e aos termos da proposta da licitante vencedora do certame.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2023.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Eric Nunes Carvalho
Seção de Saúde Ocupacional

Fabiana de Oliveira Vasconcelos
Secretária de Saúde

Simone de Azevedo Oliveira Nominato
Secretária de Gestão de Serviços e Terceirizados em exercício



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL BÁSICO

1. Belo Horizonte

- 1.1. A distribuição dos postos de bombeiro civil básico por instalações prediais deste Contratante na Capital, sediada em Belo Horizonte/Minas Gerais, encontra-se discriminada nas tabelas a seguir.
- 1.2. Os postos indicados com jornada de 30h semanais se referem à prestação de serviço de segunda a sexta, com gozo de intervalo intrajornada de 15 minutos.
- 1.3. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades operacionais do Contratante e será determinada pela Secretaria gestora do contrato.
- 1.4. O endereçamento completo para as instalações prediais a seguir citadas encontra-se detalhado no [Anexo II](#).

1.5. Contratação imediata:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS BOMBEIROS CIVIS BÁSICO NA CAPITAL	
Contratação Imediata	
UNIDADE	Bombeiro Civil
	30h (de segunda a sexta-feira)
BH - Getúlio Vargas (Sede)	2
BH – Goitacazes * possibilidade de alteração do endereço em virtude de mudança predial	2
	4
	Total Postos - BH

1.6. Expectativa de contratação futura:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS BOMBEIROS CIVIS BÁSICO NA CAPITAL	
Expectativa de contratação futura	
UNIDADE	Bombeiro Civil
	30h (segunda a sexta-feira)
BH - Contorno	2
BH – Curitiba * possibilidade de alteração do endereço em virtude de mudança predial	2
BH - Q20	2
	6
	Total Postos - BH



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

2. Justificativas para distribuição de postos

2.1. As justificativas e atribuições relacionadas à alocação de cada um dos postos de trabalho previstos encontram-se discriminadas na tabela a seguir.

2.2. Contratação imediata:

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL (BÁSICO)			
Contratação Imediata			
Unidade	Jornada	Quantidade de postos	Alocação / Justificativas / Observações
BH - Getúlio Vargas (Sede)	30h	2	A alocação do quantitativo de 2 postos por prédio visa atender integralmente o horário de funcionamento do Tribunal (08 às 19 horas), possibilitando o atendimento a situações de emergência (primeiros socorros, combate a princípios de incêndio e evacuação das unidades) quando demandado. A escolha do edifício em questão deve-se ao maior fluxo de pessoas (servidores, magistrados e jurisdicionados) nos prédios da 1ª e 2ª Instâncias (maior demanda de atendimentos ao público externo).
BH – Goitacazes * possibilidade de alteração de endereço em virtude de mudança predial	30h	2	A alocação do quantitativo de 2 postos por prédio visa atender integralmente o horário de funcionamento do Tribunal (08 às 19 horas), possibilitando o atendimento a situações de emergência (primeiros socorros, combate a princípios de incêndio e evacuação das unidades) quando demandado. A escolha do edifício em questão deve-se ao maior fluxo de pessoas (servidores, magistrados e jurisdicionados) nos prédios da 1ª e 2ª Instâncias. (maior demanda de atendimentos ao público externo).

2.3. Expectativa de contratação futura:

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE BOMBEIRO CIVIL (BÁSICO)			
Expectativa de contratação futura			
Unidade	Jornada	Quantidade e de postos	Alocação / Justificativas / Observações
BH - Drumond	30h	2	A alocação do quantitativo de 2 postos por prédio visa atender integralmente o horário de funcionamento do Tribunal (08 às 19 horas), possibilitando o atendimento a situações de emergência (primeiros socorros, combate a princípios de incêndio e evacuação das unidades) quando demandado. A escolha do edifício em questão deve-se ao fluxo intermediário de pessoas (servidores, magistrados e jurisdicionados).
BH – Curitiba * possibilidade de alteração de endereço em virtude de mudança predial	30h	2	A alocação do quantitativo de 2 postos por prédio visa atender integralmente o horário de funcionamento do Tribunal (08 às 19 horas), possibilitando o atendimento a situações de emergência (primeiros socorros, combate a princípios de incêndio e evacuação das unidades) quando demandado. A escolha do edifício em questão deve-se ao fluxo intermediário de pessoas (servidores, magistrados e jurisdicionados).
BH - Q20	30h	2	A alocação do quantitativo de 2 postos por prédio visa atender integralmente o horário de funcionamento do Tribunal (08 às 19 horas), possibilitando o atendimento a situações de emergência (primeiros socorros, combate a princípios de incêndio e evacuação das unidades) quando demandado. A escolha do edifício em questão deve-se ao fluxo intermediário de pessoas (servidores, magistrados e jurisdicionados).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO II

ENDEREÇOS DO CONTRATANTE

1. Belo Horizonte:

BELO HORIZONTE (CAPITAL)		
UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE PARA CONTATO
BH - Getúlio Vargas (Sede)	Avenida Getúlio Vargas, 225 - Funcionários - CEP: 30122 - 020.	(31) 3228 - 7450 / 7105
BH - Goitacazes ¹	Rua Goitacazes, N. 1475 - Barro Preto - CEP: 30190-055.	(31) 3330 - 7500 / 3228 - 7105
BH - Drumond	Rua Desembargador Drumond, 41 - Serra - CEP: 30220 - 030.	(31) 3228 - 7100 / 7105
BH - Curitiba ¹	Rua Curitiba, N. 835 - Centro - CEP: 30170-910.	(31) 3238 - 7800 / 3228 - 7105
BH - UFMG (Q20)	Rua Guacurus, 201 - Centro - CEP: 30111-060.	(31) 3228 - 7105

¹ Caso haja alterações nos endereços das unidades do TRT na capital para outros edifícios na região centro-sul da cidade de Belo Horizonte, os profissionais contratados passarão a atuar nos novos prédios, sem custos adicionais para o contratante.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS
PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Nome legível		CPF	
Cargo	Empresa		
<input type="checkbox"/> Declaro ter vistoriado as instalações da Justiça do Trabalho da 3ª Região referentes ao Pregão Eletrônico N.º XX/2023, e atesto estar ciente das condições das instalações físicas em geral.			
<input type="checkbox"/> Declaro que tenho pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, nos moldes exigidos pelo Anexo V, item 2.4, "c", da IN Seges/MPDG nº 5/2017.			
Por ser verdade, firmo a presente.			
Obs.:			
_____, ____ de _____ de 2023.			
_____ Assinatura e nome legível do responsável da empresa			



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO IV

UNIFORMES

KIT 1 - UNIFORME ESPECIAL				
MASCULINO/FEMININO				
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL POR EMPREGADO
1	Camisa manga curta	Camisa uniforme, manga curta, de algodão ou malha PV, gola redonda, cor preta. Tamanhos P, M, G ou GG. Com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	462535	20
2	Camisa manga longa	Camisa uniforme, manga longa, de algodão ou malha PV, gola redonda, cor preta. Tamanhos P, M, G ou GG. Com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	477863	12
3	Jaqueta	Blusão tipo "gandola": cor vermelha, com o texto "BRIGADA PROFISSIONAL" grafado de forma arqueada, em fonte de altura mínima de 2,5 (dois e meio) centímetros, no terço superior das costas, na cor branca, com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	458773	8
4	Calça	Calça tipo RipStop, tecido resistente e com longa durabilidade, 67% Algodão e 33% Poliéster, 6 bolsos, passante para cinto, fechamento frontal com zíper, cor preta, tamanho personalizado para o profissional.	480170	20
5	Bota	Bota cano longo, couro, acabamento liso, resistente a água, resistente ao rasgamento e transpirável, resistente a chama, resistente ao rasgo.	480172	4
6	Cinto	Cinto de couro, preto, tamanhos P, M, G ou GG.	382962	4
7	Meia	Material: algodão, poliamida, elatodieno, cor preta, tamanho, cano longo, tamanho único.	288496	40
8	Crachá de identificação	Crachá PVC impresso digitalmente, com foto de identificação, frente colorida.	439776	4

OBSERVAÇÕES:

1 - Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente, a cada ano de vigência do contrato;

2 - Os uniformes devem obedecer às normas do inciso I do art.6 da Lei Federal 11.901/2009 e ABNT-NBR 14608/2021, devendo as especificações aqui contidas servirem de mera referência.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

UNIFORMES - RESUMO

CONTRATAÇÃO IMEDIATA

UNIFORME	POSTO DE TRABALHO	Nº POSTOS	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Especial	Bombeiro Civil 30h	4	1	4	Kit 1	16
Total de Postos		4	Total Empregados	4	Total kits	16

EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO FUTURA

UNIFORME	POSTO DE TRABALHO	Nº POSTOS	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Especial	Bombeiro Civil 30h	6	1	6	Kit 1	24
Total de Postos		6	Total Empregados	6	Total kits	24

CONTRATAÇÃO IMEDIATA + FUTURA

UNIFORME	Nº TOTAL POSTOS	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Especial	10	10	Kit 1	40
Total Postos	10	Total Empregados		40



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO V

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

MATERIAIS DE CONSUMO				
KIT 2 – BOMBEIRO CIVIL				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL	JUSTIFICATIVA
1	Ataduras (10 cm, 20 cm e 30cm), 10 de cada pro prédio por ano Atadura tipo crepom, 100% algodão, 13 fios p/cm², dimensões de 10 cm, 20 cm e 30 cm. Embalagem individual.	444371	30	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
2	Curativo adesivo Curativo adesivo tipo bandaid. Caixa com 40 unidades.	483379	4	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
3	Gaze Compressa de Gaze, 13 fios, 7,5 cm x 7,5 cm. Pacote com 500 unidades.	269971	4	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
4	Caixa de luvas de procedimento não cirúrgico (Tamanhos P, M e G) – os tamanhos serão definidos de acordo com a ocupação dos postos de bombeiro civil. Luva para procedimento não cirúrgico, com pó, descartável, atóxica, ambidestra, formato anatômico, resistente à tração. Tamanhos P, M e G. Caixa com 100 unidades.	269893	3	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
5	Espadrappo Fita hospitalar tipo esparadrapo, impermeável, algodão, adesivo à base de zinco, cerca de 10 cm, rolo de 4,5 m. 1 unidade.	446603	4	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
6	Manta aluminizada Cobertor de emergência em alumínio. 1 unidade	470275	1	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
7	Pocket mask Máscara portátil utilizada em reanimação cardíaca pulmonar, reutilizável, acompanha estojo de armazenamento. 1 unidade.	455049	1	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
8	Soro fisiológico Solução de cloreto de sódio 0,9% frasco de 500 ml	448699	4	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
9	Campo operatório Compressas cirúrgicas, 4 camadas, não esteril. Pacote com 50 unidades.	438055	1	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
10	Tesoura ponta romba Tesoura instrumental curva tipo ponta romba, 18 cm, 1 unidade.	471466	1	Material de consumo utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.

OBSERVAÇÃO:

O fornecimento dos itens identificados como material de consumo, a ser entregue antes de iniciada a prestação dos serviços, deverá ser renovado, anualmente, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do início do novo período de vigência do contrato, caso ocorra prorrogação contratual
Material considerado por prédio para 2 postos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

MATERIAIS PERMANENTES				
KIT 3 – BOMBEIRO CIVIL				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	Marreta Marreta 5 Kg com cabo de madeira.	421521	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
2	Machado Machado com cabo de madeira 3,5 LBS.	360827	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
3	Alicate corta vergalhão Tesoura tipo Alicate Corta Vergalhão 30 polegadas.	371966	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
4	Pé de cabra Pé de Cabra Aço 3/4" x 60 cm	442124	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
5	Prancha de imobilização com tirantes Prancha de Resgate em Polietileno c/ 3 Cintos - Adulto	421129	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
6	Imobilizador de cabeça Imobilizador de Cabeça Resgate SP Head Block Adulto	360783	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
7	Colar cervical tamanho (tamanhos P, M e G), três tipos de tamanho por prédio Colar de resgate confeccionado em polietileno virgem de alta densidade, velcro costurado em ambos os lados, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.	456005	3	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
8	Esfigmomanômetro O esfigmomanômetro (medidor de pressão) aneróide verificado e aprovado pelo INMETRO- Manguito com pera em PVC- Braçadeira em nylon ou algodão- Inflagem e desinflagem manual.	432468	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
9	Estetoscópio Estetoscópio tipo biauricular, olivas anatômicas de silicone, haste aço inox, tubo "Y" PVC, auscultador duplo aço inox	438928	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
10	Reanimador pulmonar manual tipo AMBU (bebê, criança, G), três tipos de tamanho por prédio Bolsa reservatório de oxigênio, autoclavável, válvula unidirecional em Policarbonato e membrana de Silicone com acoplamento externo para máscara.	456412	3	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
11	Tala de imobilização tamanho (P, M e G), três tipos de tamanho por prédio Imobilizador (tala), metal revestido de E.V.A, aramado, tamanhos P, M e G	452239	3	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
12	Termômetro Termômetro clínico digital, infravermelho, uso em testa.	474168	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
13	Oxímetro Oxímetro digital, portátil, com monitor LCD	299875	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
14	Glicosímetro Medidor de glicose portátil com caneta lancetadora e lancetas, à bateria.	439444	1	Material permanente utilizado pelo bombeiro civil em situações de urgência e emergência.
15	Armário de aço	601719	1	Para possibilitar o abrigo dos uniformes de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Fabricado em aço com portas com altura mínima de 92cm, largura 27 cm, profundidade 40 cm, com pintura antiferrugem e fechadura por meio de chave ou por cadeado

trabalho, pertences pessoais, materiais de consumo e permanentes e EPIs dos bombeiros civis, tais como: roupas, bolsas, mochilas, livros, etc., uma vez que não é permitido mantê-los no local de trabalho, devendo ser fornecido 1 (um) roupeiro por empregado.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (COMBATE A INCÊNDIO)

KIT 4 – BOMBEIRO CIVIL

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	Blusão de combate a incêndio Jaqueta de segurança de combate a incêndio, modelo 3/4. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	416918	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
2	Calça de combate a incêndio Calça de segurança de combate à incêndio, 4 camadas de proteção. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	601259	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
3	Luvas antichamas Luva proteção, material:100% fibra aramida, tamanho:médio, tipo:5 dedos, aplicação:proteção combate incêndio, características adicionais:dorso sem emendas, tira de reforço entre polegar e, tipo uso:reutilizável, esterilidade:não estéril, formato:anatômico. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	290689	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
4	Luva raspa de couro Luva de proteção raspa de couro, cano longo.	440936	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
5	Balaclava Capuz de segurança, tipo balaclava, Confeccionado em malha de fibra de meta-aramida. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	417024	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
6	Capacete para combate a incêndio Capacete bombeiro, termoplástico, tecido antichama, proteção facial com visor. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	292383	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
7	Bota de combate a incêndio Bota bombeiro borracha antichamas com forro e bico de aço.	232928	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.
8	EPRA Equipamento de Proteção Respiratória Autônomo, com cilindro de alumínio e revestido de fibra de carbono 300 bar 9L	478016	1	Material de proteção utilizado no combate a incêndio.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - RESUMO 1

Cesta de kits por posto de trabalho



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

LOCALIDADE	POSTO DE TRABALHO	Nº POSTOS	UNIFORME ESPECIAL	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (COMBATE A INCÊNDIO)
Capital	Bombeiro Civil (básico)	4	KIT1	KIT 2	KIT 3	KIT 4

Total de Postos

4

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - RESUMO 2

Nº total de empregados por kit para fins e rateio (contratação imediata)

KIT	LOCALIDADE	POSTOS DE TRABALHO	Nº POSTOS	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR KIT
Kit 1	Capital	Bombeiro civil (básico) 30h	4	1	4	1
Kit 2	Capital	Bombeiro civil (básico) 30h	4	1	4	2
Kit 3	Capital	Bombeiro civil (básico) 30h	4	1	4	2
Kit 4	Capital	Bombeiro civil (básico) 30h	4	1	4	2

OBSERVAÇÃO:

Serão 4 mudas de uniforme por empregado (anual).

Kits 2, 3 e 4 serão rateados por 2, já que serão 2 empregados por edificação, diluindo o custo para a empresa contratada (anual).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Formulários de Avaliação – Indicador de Desempenho nº 1
Inspeção dos serviços por posto de trabalho

1. **BOMBEIRO CIVIL**

BOMBEIRO CIVIL	
INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 01 - INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade da prestação dos serviços de bombeiro civil nas dependências do TRT3.
Metas a cumprir	Garantir que 100% das rotinas estabelecidas para os serviços sejam executadas conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	FR = 100% - FQ VF = SOMA [(VP/30 x QD) - (VP x FR)] Onde: VF = Valor da Fatura VP = Valor do Posto QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	Faixa 1 - DE: 80 A 90 PONTOS - 100% do valor mensal. Faixa 2 - DE: 70 A 79 PONTOS - 95% do valor mensal. Faixa 3 - DE: 60 A 69 PONTOS - 85% do valor mensal. Faixa 4 - DE: 50 A 59 PONTOS - 70% do valor mensal. Faixa 5 - DE: 40 A 49 PONTOS - 60% do valor mensal. Faixa 6 - DE: 27 A 39 PONTOS - 50% do valor mensal.
Observações	- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%. - Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).

INDICADOR Nº 01 – BOMBEIRO CIVIL (BÁSICO)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

AVALIAÇÃO DAS ROTINAS					
TAREFAS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO

CRITÉRIOS - INDICADOR Nº 01 – BOMBEIRO CIVIL (BÁSICO)		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Efetiva atuação em situações de urgência e emergência; • Correto atendimento de chamados nas dependências do TRT3 e na área externa quando necessário; • Adequada elaboração e atualização do Plano de Intervenção contra Incêndio (IT 11 do CBMMG); • Correto auxílio no abandono da população da edificação adotando as técnicas de abandono de área, orientando os ocupantes do edifício em relação às saídas de emergência, indicando-lhes as que tiverem maior facilidade de escape em relação à ocorrência e obedecendo ao Plano de Intervenção Contra Incêndio planejado para o edifício; • Correto auxílio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais da edificação, bem como promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança; • Efetivo combate a incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação; • Adequada assistência pré-hospitalar, em qualquer situação, aos usuários e empregados dos edifícios onde são prestados os serviços, realizando os primeiros socorros a feridos e demais vítimas de acidentes; • Efetivo planejamento, coordenação e execução de exercícios simulados anualmente em cronograma a ser elaborado pela Seção de Saúde Ocupacional/Secretaria de Saúde do TRT3, elaborando relatório onde conste: horário do evento, tempo gasto no abandono, tempo gasto no retorno, tempo gasto no atendimento de primeiros socorros, atuação da brigada, comportamento da população, falhas de equipamentos, falhas operacionais e demais problemas levantados; • Correta vistoria e fiscalizar a manutenção da sinalização para rota de fuga dos prédios, do sistema de combate a incêndio da edificação, apresentando, quando aplicável, sugestões para melhorias das condições de segurança contra incêndio e acidentes; • Correto registro dos fatos em livro de ocorrências.
BOM	08 -	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência de fatos isolados que afetem o regular desempenho de uma ou poucas atribuições, mas



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

	PONTOS	que não comprometam o bom desempenho das atividades.
REGULAR	05 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho de diversas atribuições, mas que não comprometam o bom desempenho das atividades.
RUIM	03 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho de diversas atribuições e que comprometam o bom desempenho das atividades.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	• Inadequação do serviço – rescisão contratual.

Formulários de Avaliação – Indicador de Desempenho nº 2
Postura e Apresentação esperada para todos os postos de trabalho

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 02 – POSTURA, APRESENTAÇÃO E CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIÁRIAS DA PROFISSÃO– BOMBEIRO CIVIL BÁSICO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir apresentação, postura e capacidade de realização de atividades diárias da profissão adequadas dos terceirizados.
Metas a cumprir	Garantir que 100% dos terceirizados tenham ótima postura, correta apresentação e capacidade de realização de atividades diárias da profissão.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a postura, apresentação e capacidade de realização de atividades diárias da profissão dos terceirizados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	$FR = 100\% - FQ$ $VF = SOMA [(VP/30 \times QD) - (VP \times FR)]$ Onde: VF = Valor da Fatura VP = Valor do Posto QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	Faixa 1 - DE: 120 A 140 PONTOS - 100% do valor mensal. Faixa 2 - DE: 110 A 119 PONTOS - 95% do valor mensal. Faixa 3 - DE: 100 A 109 PONTOS - 85% do valor mensal. Faixa 4 - DE: 90 A 99 PONTOS – 75% do valor mensal. Faixa 5 - DE: 80 A 89 PONTOS - 70% do valor mensal. Faixa 6 - DE: 70 A 79 PONTOS – 65 % do valor mensal. Faixa 7 - DE: 60 A 69 PONTOS - 60% do valor mensal. Faixa 8 - DE: 39 A 59 PONTOS – 50 % do valor mensal.
Observações	- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%. - Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura, Apresentação e Capacidade de realização de atividades diárias da profissão).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

INDICADOR Nº 02 – - BOMBEIRO CIVIL BÁSICO					
AVALIAÇÃO DA POSTURA, DA APRESENTAÇÃO E DA CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIÁRIAS DA PROFISSÃO					
APRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO		Ó T I M O	B O M	R E G U L A R	P E S S I M O
UNIFORMES	Uso completo do uniforme				
	Uso completo dos acessórios e EPIs necessários				
	Conservação das peças do uniforme				
	Uso do crachá de identificação				
POSTURA	Pontualidade				
	Assiduidade				
	Cumprimento integral da jornada de trabalho				
	Produtividade				
	Urbanidade				
	Cumprimento das normas legais, regulamentares e das normas de segurança do Tribunal				
	Zelo pela preservação do patrimônio do Tribunal				
	Zelo no cumprimento de suas atribuições				
CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIÁRIAS DA PROFISSÃO	Manutenção de conduta compatível com a função (evitar tratar de assuntos particulares; evitar confronto com servidores e magistrados)				
	Condicionamento físico aparente para exercício da profissão de Bombeiro Civil				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU DE ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO	
IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRIZADO	
Nome:	
Data de nascimento:	
Sexo: () Feminino / () Masculino	
Grau de instrução:	
CPF:	
RG:	
Faz jus ao salário família?	
O trabalhador é cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim de magistrado ou servidor do TRT 3ª Região? () Sim. Identificação do magistrado/servidor: _____ () Não.	
Categoria Profissional:	() Bombeiro Civil (básico)
Jornada:	() 30 h
Vale-transporte:	O terceirizado recebe vale-transporte? () Não () Sim - Valor vale-transporte (tarifa1): R\$ _____ Quantidade passagens/dia (tarifa 1): _____ Valor vale-transporte (tarifa2): R\$ _____ Quantidade passagens/dia (tarifa 2): _____
PCD:	() Não () Sim, deficiência auditiva () Sim, deficiência física () Sim, deficiência mental () Sim, deficiência visual () Sim, deficiência múltipla
DOCUMENTAÇÃO A SER ENCAMINHADA AO TRIBUNAL	
1) Relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial)	
2) ASO (cópia referente à exame médico vigente)	
Informações prestadas em ____/____/____.	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO VIII

MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PAGAMENTO

CHECKLIST PARA O ATESTE DE NOTA FISCAL			
Recebimento Provisório			
Documentos a cargo dos fiscais técnico/setoriais	Juntado ao e.PAD		Observações
	Sim	Não	
Formulário de frequência (TRP)			
IMR			
Documentos a cargo dos fiscais administrativos	Juntado ao e.PAD		Observações
	Sim	Não	
Relatório de conferência de folha de pagamento e benefícios			
Relatório Circunstanciado			
Recebimento Definitivo			
Documentos a cargo do gestor	Juntado ao e.PAD		Observações
	Sim	Não	
Termo de Recebimento Definitivo			
Documentos encaminhados pela Contratada Ref. Mês prestação dos serviços	Juntado ao e.PAD		Observações
	Sim	Não	
Planilha de Faturamento			
Notas Fiscais			
Documento auxiliar de retenção de ISSQN (RANFS/DAPS/DRF) Formiga, Januária e São João Del Rei			
Listagem analítica da folha de pagamento			
Comprovante de quitação da folha de pagamento			
Comprovante de pagamento de vale-alimentação			
Comprovante de pagamento de vale-transporte			
Guia de Recolhimento FGTS (GRF) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)			
Guia de Recolhimento INSS (DARF) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)			
Declaração de enquadramento de aposentadoria especial			
Arquivos SEFIP	· Protocolo de envio (Conectividade Social)		
	· Relação Trabalhadores (RE)		
	· Resumo de fechamento		
	· Relação tomadores/obras (RET e Resumo RET)		
	· Relatório analítico GRF		
Relatórios DC TF Web	· Relatório de Créditos		
	· Relatório de Débitos		
	· Relatório Resumo de Créditos		
	· Relatório Resumo de Débitos		
	· Relatório da Declaração Completa		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

CHECKLIST PARA O ATESTE DE NOTA FISCAL				
	· Recibo da Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários			
e-Social	· S-5001 - Informações das Contribuições Sociais Consolidadas por Trabalhador			
Consulta Consolidada Pessoa Jurídica (TCU)	· TCU - Licitantes Inidôneos			
	· CNJ - Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA)			
	· Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)			
	· Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Punidas			
Certidões Fiscais e Trabalhista	· Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)			
	· Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)			
	· Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União (CND - Unificada RFB/PGFN)			
Pós Recebimento Definitivo				
	Documentos a cargo do gestor	Juntado ao e.PAD		Observações
		Sim	Não	
Ateste (JT)	no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-			
Responsável pela juntada				
Data:	xx/xx/20xx	Fiscal Administrativo		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - APOSENTADORIA ESPECIAL

A (**nome da empresa**) – prestadora de serviço de prevenção e combate a incêndio e pânico e prestação de primeiros socorros, para proteção à vida nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com a alocação de postos de bombeiro civil (básico) – (**número do contrato**) – **declara que:**

os terceirizados abaixo relacionados **fazem jus** a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição:

CPF	Terceirizado	Posto de Trabalho	Localidade	Código FAE ¹

¹ Código FAE é aquele constante da tabela 02 (eSocial) - Financiamento da Aposentadoria Especial e Redução do Tempo de Contribuição

Declaro que os demais terceirizados integrantes do contrato (**número do contrato**) não listados na tabela anterior não fazem jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição.

não há nenhum terceirizado pertencente ao referido contrato que faça jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição.

Declaro, ainda, que as informações anteriores estão em consonância com aquelas transmitidas via Evento S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos do eSocial).

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

(assinatura)

(assinatura)

Responsável técnico pela Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

Representante Legal e/ou Preposto



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO X

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

8. ELABORAÇÃO DA PLANILHA

- 8.1. As planilhas de custos e formação de preços apresentadas relativas aos serviços a serem contratados são meramente para fins de estimativa do preço máximo aceitável, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la, em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste edital.
- 8.2. A Secretaria de Licitação e Contratos disponibilizará aos participantes do certame a versão eletrônica em arquivo editável do modelo de planilha de custos e formação de preços constante deste Anexo, para uniformização da apresentação das propostas.
- 8.3. As licitantes deverão apresentar as planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos.
- 8.4. Deverá ser preenchida uma planilha para cada tipo de posto e, caso ocorram alterações necessárias referentes ao modelo apresentado, estas deverão ser justificadas, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual.
- 8.5. As propostas dos licitantes devem ser apresentadas com base nas Convenções Coletivas de 2023.
- 8.6. Na elaboração de sua proposta, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (Acórdão 1097/2019 Plenário).
- 8.7. Os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser definidos utilizando como parâmetros os Códigos Tributários Municipais e as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. O licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de custos e formação de preços com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato, definido nas respectivas legislações.
- 8.8. O licitante deve preencher o item C do Submódulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP no exercício vigente, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante e de certidão contendo o percentual do FAP, GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.
- 8.9. Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário – TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para o Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada.
- 8.10. Os dados estatísticos podem ser alterados de acordo com a realidade da empresa. Nesse caso, deve a empresa apresentar memória de cálculo para que seja possível entender como foi obtido o novo percentual utilizado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 8.11. O aviso prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado serão pagos apenas nos primeiros 12 (doze) meses de contrato, por ser este período suficiente para o pagamento de todo o valor referente à redução da jornada de trabalho dos empregados dispensados ao final do período de vigência do contrato.
- 8.12. É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

9. INFORMAÇÕES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

Item A – Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) – Informar data de apresentação da proposta.

Item B – Município/UF – Informar o Município e a Unidade Federativa (UF) onde será executado o serviço.

Item C – Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo/Ano – Informar qual Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo utilizado como base e Ano de sua celebração.

Nos casos em que houver, informar o termo aditivo ao instrumento coletivo, principalmente nos casos em que a convenção coletiva ou acordo coletivo tiver vigência por mais de um ano.

Item D – Nº de meses de execução contratual – Informar número de meses da execução contratual, de acordo com o Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar denominação do serviço a ser contratado.

Item 2 – Unidade de medida – Informar a unidade de medida de acordo com o Termo de Referência.

Item 3 – Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) – Informar a quantidade total a ser contratada, em função da unidade de medida, de acordo com o Termo de Referência.

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar denominação do serviço a ser contratado.

Item 2 – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Informar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da ocupação.

Item 3 – Salário Normativo da Categoria Profissional – Informar o salário normativo da categoria profissional.

Item 4 – Categoria profissional – Informar a categoria profissional vinculada ao serviço a ser contratado.

Item 5 – Data-base da categoria – Informar a data-base da categoria, prevista nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Este módulo refere-se ao salário-base devido ao empregado pela prestação mensal do serviço, acrescido dos adicionais previstos em lei ou em acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Item A – Salário-Base – Informar o valor do salário normativo estabelecido na convenção coletiva da categoria ou outro valor acima deste, desde que expostas as justificativas.

Item B – Adicional de Periculosidade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para trabalhos que impliquem condições de risco à saúde ou integridade física do trabalhador (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 193 e 194 da CLT).

Incidirá sobre o salário-base o percentual de 30%.

Cálculo = 30% x Salário-Base

Item C – Adicional de Insalubridade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 189 a 192 da CLT).

Deverá ser observada a indicação dos postos insalubres constante no Termo de Referência. Caso contrário, será necessário apresentar laudo de perícia técnica que comprove o efetivo contato do trabalhador com agentes biológicos capazes de ensejar o enquadramento da atividade como geradora do adicional de insalubridade.

Incidirá sobre o salário mínimo estadual ou o nacional ou o salário normativo da categoria, se expressamente estabelecido na convenção coletiva, o percentual de:

a) 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

b) 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

c) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Cálculo = 10%, 20% ou 40% (a depender do grau de insalubridade) x Salário mínimo (nacional ou regional) ou piso da categoria, se expressamente estabelecido em convenção coletiva.

Obs.: O trabalhador que fizer jus ao adicional de periculosidade e de insalubridade deverá optar por um dos adicionais.

Item D – Adicional Noturno – Não previsto

Item E – Não previsto

Item F – Não previsto

Item H – Não previsto

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

Item A – 13º (décimo terceiro) Salário – Corresponde à gratificação natalina (art. 7º, VIII da CF/88; Lei nº 4.090/1962; Lei nº 4.749/1965; Decreto 10854/2021). Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$

Item B – Adicional de Férias – Corresponde ao adicional de no mínimo 1/3 da remuneração do empregado (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT), observadas as disposições mais vantajosas previstas na convenção coletiva da categoria. Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = $[(1/3)/11] \times 100 = 3,03\%$

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

São os percentuais estabelecidos pela legislação vigente e incidem sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e o Total do 13º salário e do Adicional de Férias (Submódulo 2.1).

ITEM	%	FUNDAMENTO
A – INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.
C - SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (RAT x FAP)¹	Variável	Art. 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91, Decreto n.º 3.048/99 e Decreto n.º 6.957/2009.
D – SESC ou SESI	1,50%	Art. 30º, Lei n.º 8.036/90 e art. 1º da Lei nº 8.154/90.
E – SENAI - SENAC	1,00%	Decreto n.º 2.318/86.
F - SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.
G – INCRA	0,20%	Art. 1º, Inciso I, Decreto-Lei nº 1.146/70.
H – FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88.

Nota 1 - O Seguro Acidente de Trabalho consiste na multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

RAT = percentual que mede o risco da atividade econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da atividade preponderante desenvolvida pela empresa. Será de 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3%, para risco grave (Anexo I, da IN RFB 2110/2022). Foram consideradas como atividades de risco grave a categoria de vigilância.

FAT = multiplicador que afere o desempenho da empresa relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos. Varia anualmente de 0,5000 a 2,0000, por estabelecimento.

Para fins de estimativa, consideram-se todas as atividades como de risco grave, uma vez que o CNAE dos objetos a serem contratados estão sujeitos à máxima alíquota. Logo, multiplicou-se o FAP em seu valor máximo.

Microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples: nos termos do art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional e demais entidades de serviço social autônomo.

Portanto, nesse caso, deverão estar zeradas as alíquotas do Salário Educação, SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e INCRA.

As alíquotas do INSS e do Seguro Acidente de Trabalho também deverão estar zeradas para as empresas optantes pelo Simples Nacional, exceto, conforme o artigo 13, inciso VI, para as empresas que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, enquadradas no Anexo IV.

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011, as empresas que dediquem a determinadas atividades preponderantes poderão optar pela tributação sobre o valor da receita bruta, em substituição ao INSS Patronal. Nesse caso, deverá estar zerada a alíquota do item A – INSS do submódulo 2.2.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Item A – Transporte – Corresponde ao valor referente aos custos de transporte do empregado, pago pelo empregador, por meio de transporte próprio ou por meio de fornecimento de vales-transportes



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

(Art. 458, § 2º, III da CLT; Lei 7.418/85; Decreto 10.854/21). Observar se há transporte público municipal na localidade e se houve efetiva opção do empregado pelo benefício.

Informar o valor do custo real do benefício, por dia efetivamente trabalhado, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 6% de seu salário-base.

Cálculo = (Valor Unitário da Passagem do Município x Quantidade de passagens por dia x Total de dias trabalhados no mês) – (6% x Salário-Base)

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

8. 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
9. 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

As tarifas de transporte foram preenchidas nas planilhas de custo com base em pesquisa realizada em todas as unidades do Tribunal. As cidades de Almenara, Frutal, Iturama, Januária, Monte Azul e Piumhi não possuem transporte público.

Item B – Tiquete Refeição – Não previsto -Corresponde ao valor referente aos custos de alimentação do empregado pago pelo empregador, por dia/mês efetivamente trabalhado, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Informar o valor do custo real do Tiquete Refeição, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 10% do benefício, conforme CCT dos Vigilantes/MG.

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

8. 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
9. 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Cálculo = [(Valor diário do benefício x Total de dias trabalhados no mês) - Desconto previsto em convenção coletiva]

Item C – Cesta Básica – Corresponde ao valor mensal para o benefício, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Item D – Assistência Médica e Familiar – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Contribuição das Empresas para Custeio de Plano de Assistência Médica.

Item E – Seguro de vida, invalidez e funeral – Corresponde ao valor referente ao custo com seguro de vida, invalidez e funeral, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, V da CLT).

Informar o valor por empregado, comprovado mediante apresentação da apólice de seguro.

A importância do seguro de vida foi estimada com base nos valores praticados no mercado, alcançando o valor de R\$ 20,00. Seguradoras não apresentam cotações formais diretamente para órgãos públicos.

Item F – Taxa de Custeio Patronal – Corresponde ao valor referente ao custo com a contribuição assistencial devida ao Sindicato Patronal, se houver previsão na convenção coletiva.

Informar o valor mensal por empregado. Havendo previsão de valor anual, por empregado, provisionar em 12 meses.

Item G – Programa de Assistência Odontológica (PAO) – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência odontológica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Contribuição das Empresas para Custeio de Plano Odontológico.

Item H – Outros (Combate a Clandestinidade) – Informar valores mensais de outros benefícios, que não tenham natureza salarial não relacionados nos itens anteriores, previstos em convenção coletiva ou por força



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

de lei. Tais como: Programa de Combate à Vigilância Clandestina, Programa de Qualificação e Marketing (PQM), etc.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Item A – Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador de receber o salário correspondente ao prazo do aviso, quando ocorrer rescisão do contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio (art. 7º, XXI da CF; art. 487, § 1º da CLT).

Cálculo = $(1/12) \times$ Probabilidade de ocorrência de demissões com Aviso Prévio Indenizado no ano.

Para fins de estimativa, considera-se 1 mês de remuneração, provisionado por 12 meses, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Item B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se da incidência do percentual de 8% do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – API (Súmula 305 do TST).

Cálculo = $8\% \times$ Percentual do API (Item A)

Cálculo = $8\% \times 0,42\% = 0,03\%$

Item C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicada sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = $40\% \times 8\% \times [1 + 1/12 + (1/3)/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$

Item D – Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador de faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos, na demissão com aviso prévio trabalhado, ao final do período de vigência do contrato (art. 7º, XXI da CF/88; art. 488 da CLT).

Cálculo = Percentual do APT (Item D) x Percentual total do Submódulo 2.2.

Item E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado – APT (Súmula 305 do TST).

Cálculo = Percentual do APT (Item D) x Percentual total do Submódulo 2.2

Item F – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serão demitidos ao final do contrato (art. 18 da Lei n.º 8.036/90; art. 1º da LC n.º 110/2001).

Cálculo = $40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12) \times 100\% = 3,82\%$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Este módulo refere-se ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e podem variar conforme dados estatísticos da empresa.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Item A – Substituto na cobertura de Férias – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do período de férias de 30 (trinta) dias corridos, adquirido pelo empregado, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT).

$$\text{Cálculo} = (1/11) \times 100 = 9,09\%$$

Item B – Substituto na cobertura de Ausências Legais – Corresponde ao custo de reposição em decorrência das ausências ao trabalho asseguradas ao empregado: morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo; entre outros (arts. 131, I e 473 da CLT).

$$\text{Cálculo} = [(\text{Número estimado de ausências legais no ano}/30)/12] \times 100$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 0,37 dias de ausência legal (SEGES - Caderno Técnico – Vigilância – MG/2019), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$$\text{Cálculo} = [(\text{Número estimado de ausências legais no ano}/30)/12] \times 100$$

Para fins de estimativa, considera-se a proporção da média de 2,96 dias de ausência legal (Acórdão TCU 1753/2008), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$$\text{Cálculo} = [(2,96/30)/12] \times 100 = 0,82\%$$

Item C – Substituto na cobertura de Licença-Paternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência do empregado por 5 (cinco) dias quando do nascimento de filho (art. 7º, XIX da CF/88; art. 10, § 1º do ADCT).

$$\text{Cálculo} = [(5/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-paternidade no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 5 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, com a estimativa de 1,5% dos empregados, por ano, usufruírem da licença-paternidade, de acordo com o IBGE (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009)

$$\text{Cálculo} = [(5/30)/12] \times 1,5\% = 0,02\%$$

Item D – Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência pelos 15 (quinze) primeiros dias em que o empregado encontra-se afastado por acidente de trabalho e a empresa contratada tem o dever de remunerá-lo. Após esse período, o ônus passa a ser do INSS (art. 131, III da CLT; art. 75 do Decreto nº 3.048/99)

$$\text{Cálculo} = [(15/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças por acidente de trabalho no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 15 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, considerando a estimativa de 0,78% dos empregados, por ano, usufruírem da licença por acidente de trabalho, de acordo com o Ministério da Previdência de Assistência Social (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009).

$$\text{Cálculo} = [(15/30)/12] \times 0,78\% = 0,03\%$$

Item E – Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência da empregada por 120 (cento e vinte) dias quando do nascimento (adoção e guarda)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

de filho (art. 7º, XVIII da CF/88; art. 392 da CLT; arts. 71 a 73 da Lei nº 8.213/91; art. 86 da IN RFB nº 971/2009).

Cálculo = [(Férias + Adicional de Férias)/12] x Meses de afastamento por licença maternidade/12 x Percentual de mulheres no tipo de serviço x Probabilidade de ocorrência de licenças-maternidade no ano.

Para fins de estimativa, considerou-se o custo efetivo de afastamento maternidade (apenas férias e adicional de férias, pois o INSS reembolsa o salário e o 13º salário da beneficiária), pelos 4 (quatro) meses de licença maternidade no ano, com a proporção de 50% de mulheres no serviço de vigilância e com a estimativa de 2% das empregadas, por ano, usufruírem da licença-maternidade, de acordo com o IBGE.

Cálculo = [(1 + 1/3)/12] x (4/12) x 50% x 2% = 0,04%

Item F – Substituto na cobertura de Ausência por doença – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência por enfermidade (art. 131, III e 476 da CLT; art. 18, I e arts. 59 ao 63 da Lei nº 8.213/91).

Cálculo = [(Férias + Adicional de Férias)/12] x Meses de afastamento por licença maternidade/12 x Percentual de mulheres no tipo de serviço x Probabilidade de ocorrência de licenças-maternidade no ano.

Para fins de estimativa, considera-se o custo efetivo de afastamento maternidade (apenas férias e adicional de férias, pois o INSS reembolsa o salário e o 13º salário da beneficiária), pelos 4 (quatro) meses de licença maternidade no ano, com a proporção de 90% de mulheres no serviço de limpeza e com a estimativa de 2% das empregadas, por ano, usufruírem da licença-maternidade, de acordo com o IBGE.

Cálculo = [(1 + 1/3)/12] x (4/12) x 90% x 2% = 0,07%

Item G – Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) – Informar custos de reposição em decorrência de outras ausências não relacionadas nos itens anteriores, previstas em lei ou convenção coletiva, sem prejuízo do salário.

Item H – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição dos itens A a G.

Cálculo = Percentual total dos Itens A a G do Submódulo 4.1 x Percentual total do Submódulo 2.2

Submódulo 4.2 - Intra jornada

Item A – Intervalo para repouso ou alimentação – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do intervalo para repouso ou alimentação, de no mínimo, de 1 (uma) hora, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 horas (art. 71 da CLT). Dependerá de expressa previsão no termo de referência.

A convenção coletiva e o acordo coletivo poderão reduzir o intervalo intra jornada, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos (art. 611-A, III da CLT).

Cálculo = [(Total da remuneração) / Divisor para cálculo do salário-hora] x Duração do intervalo intra jornada em horas x Total de dias trabalhados no mês

Alternativamente, admite-se a previsão do custo em decorrência da não concessão do intervalo intra jornada, que implica o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Conforme previsão expressa na convenção coletiva da categoria, considerou-se o acréscimo de 60% (sessenta por cento) e o divisor 220 (duzentos e vinte) para cálculo do salário hora.

Cálculo = [(Total da remuneração / 220)] x Duração do intervalo intra jornada em horas x [100% + 60%] x Total de dias trabalhados no mês

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

10. 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

11. 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Item B – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intra jornada – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo da intra jornada, apenas quando substituído o empregado nesse período.

Cálculo = Percentual total do Item A do Submódulo 4.2 x Percentual total do Submódulo 2.2

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Este módulo consiste nos valores mensais, por empregado, dos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços, detalhados no Termo de Referência. Todos os itens foram objeto de pesquisa de preços, conforme diretrizes da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020. A licitante deverá preenchê-los com o valor do custo por ela apurado.

Item A – Uniformes – Corresponde ao custo mensal de todos os itens que compõem o conjunto dos uniformes, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública e/ou em mídia especializada e/ou por fornecedores.

Cálculo = (Valor unitário de cada item do conjunto de uniformes x Quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano) / 12

Considera-se o valor unitário de cada item do conjunto de uniformes multiplicado pelo quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses

Item B – Materiais permanentes – Corresponde ao custo mensal dos equipamentos necessários à execução direta dos serviços, conforme regras de cálculo da depreciação abaixo demonstrado.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública, considerando o prazo de vida útil e a taxa anual de depreciação de equipamentos, definidos atualmente no Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017.

Cálculo = Custo anual dos equipamentos / tempo de vida útil dos equipamentos / quantidade de empregados que utilizaram o KIT do equipamento ([Anexo V](#) - Quantidade de empregados X Kit).

Considera-se a aplicação do tempo de vida útil sobre o custo anual dos equipamentos, dividido pelo número total de empregados que utilizaram o KIT do equipamento.

Item C – Equipamentos de Proteção Individual – Corresponde ao custo mensal dos equipamentos de proteção individual (EPIs) utilizados diretamente na execução dos serviços, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública.

Cálculo = (Preço obtido na pesquisa de preços x Quantidade de unidades do item por ano) / 12 / Quantidade de empregados que utilizarem o KIT de Materiais ([Anexo V](#) - Quantidade de empregados X Kit).

Considera-se o custo anual dos materiais, determinados por KIT, provisionado em 12 meses, por empregado que utilizar o KIT em questão.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Item D – Materiais de Consumo – Corresponde ao custo mensal dos materiais utilizados diretamente na execução dos serviços, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública.

Cálculo = (Preço obtido na pesquisa de preços x Quantidade de unidades do item por ano) / 12 / Quantidade de empregados que utilizarem o KIT de Materiais ([Anexo V](#) - Quantidade de empregados X Kit).

Considera-se o custo anual dos materiais, determinados por KIT, provisionado em 12 meses, por empregado que utilizar o KIT em questão.

MÓDULO 6 - CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Este módulo refere-se aos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, por empregado, compreendendo eventuais custos não previstos expressamente nos módulos anteriores.

Item A – Custos Indiretos – Corresponde aos custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto; e seguros.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5).

Cálculo = (Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x Percentual de custos indiretos. Para fins da estimativa, utiliza-se o percentual de 3% para os custos indiretos.

Item B – Lucro – Corresponde ao ganho decorrente da exploração da atividade econômica.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5 e Item A do Módulo 6 - Custos Indiretos).

Cálculo = (Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos) x Percentual de lucro

Para fins da estimativa, utiliza-se o percentual de 6,79% para o lucro.

Item C – Tributos

C.1 – Programa de Integração Social (PIS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 07/1970.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 1,65% (art. 2º da Lei nº 10.637/2002)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 0,65% (art. 8º, I da Lei nº 9.715/1998)

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1- (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota PIS

C.2 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 70/1991.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 7,60% (art. 10, I da Lei nº 10.833/2003)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 3% (art. 8º da Lei nº 9.718/1998)

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1- (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota COFINS

C.3 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Imposto municipal previsto no art. 156, III da Constituição Federal de 1988. Disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Alíquota definida pela legislação municipal do local da prestação do serviço, podendo variar entre 2% e 5% (art. 8º e 8º-A da LC nº 116/2003).

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1- (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota ISSQN

Microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples: as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional, inexistindo vedação legal após a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, deverão cotar as alíquotas correspondentes a sua faixa de faturamento, conforme Anexos III e IV da Lei Complementar nº 123/2006.

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011, as empresas que dediquem a determinadas atividades preponderantes poderão optar pela tributação sobre o valor da receita bruta, em substituição ao INSS Patronal. Nesse caso, as empresas optantes pela contribuição da receita bruta deverão considerar a alíquota da CPRB a que estão sujeitas na composição do Módulo 6.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo nº: _____
Licitação nº: _____ Pregão nº: _____
Data do Pregão: DD/MM/AAAA Horário: XX:XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo do serviço	
2	Unidade de medida	
3	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional	
5	Data-base da categoria	

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração				Valor (R\$)
A	Salário-base				
B	Adicional de periculosidade	Sim/ Não	N	Percentual 30%	R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/ Não	N	Salário Min. R\$ 1.302,00	R\$ -
D	Adicional noturno	Sim/ Não	N	Horas not. Adicional	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

E	Adicional de hora noturna reduzida	Sim/ Não	N	Valor hora not. (min)	39%	R\$ -
				60	39%	
F	Outros (especificar)					R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$ -

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias			
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	9,09%	R\$ -
B	Adicional de férias	3,03%	R\$ -
TOTAL			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT 2,00% FAP 1,0000	R\$ -
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL			35,80% R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto
		N		21	21,00	6%
B	Tiquete Refeição	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	
		N		21,00	20%	
C	Cesta Básica					
D	Assistência Médica e Familiar					



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Taxa de Custeio Patronal	
G	Programa de Assistência Odontológica- PAO	
H	Outros (Combate a Clandestinidade)	
TOTAL		R\$ -
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.	3 Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	Estimativa anual	5%	0,42%
				R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,03%
				R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,19%
				R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	Estimativa contrato	100%	1,94%
				R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,69%
				R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			3,82%
				R\$ -
TOTAL				R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
4.	1	Substituto nas Ausências Legais		(%)	Valor (R\$)
A		Substituto na cobertura de Férias		9,09%	R\$ -
B		Substituto na cobertura de Ausências Legais	Dias por ano	2,96	0,82%
				1,50%	R\$ -
C		Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	Estimativa anual	0,02%	R\$ -
D		Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Estimativa anual	0,78%	0,03%
					R\$ -
E		Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Proporção de mulheres	Estimativa anual	0,04%
			50%	2%	R\$ -
F		Substituto na cobertura de Ausência por doença	Dias por ano	5,96	1,66%
					R\$ -
G		Outros (Especificar)		0,00%	R\$ -
SUBTOTAL				11,66%	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

H	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do PA	4,17%	R\$ -
TOTAL		R\$ -	

Submódulo 4.2 - Intraornada							
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação					Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação	SIM/NÃO	Adicional	Divisor	Duração (h)	Dias	R\$
		N	50%	210	1	20,83	
		Tem substituto?					
		N					
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intraornada					R\$ -	
TOTAL						R\$ -	

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ -
4.2	Intraornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	
B	Materiais de Consumo (custo mensal por empregado)	
C	Equipamentos e Materiais Permanentes (custo mensal por empregado)	
D	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		6,00%	R\$ -
B	Lucro		6,79%	R\$ -
C	Tributos		8,65%	
C.1	Tributos Federais	PIS	0,65%	R\$ -
C.2		COFINS	3,00%	R\$ -
C.3	Tributos Municipais	ISSQN	5,00%	R\$ -
TOTAL				R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
0	R\$ -	1	R\$ -	10	R\$ -
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

DECLARAÇÃO	
Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:	
1	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
2	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
(...)	(...) enumerar todos os contratos firmados
Valor total dos contratos: R\$	
_____, ____ / ____ / ____	
_____ Representante legal	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XII

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. Para composição dos valores indicados nas tabelas abaixo, foram elaboradas planilhas de custos e formação de preços individualizadas por posto e por município, conforme parâmetros detalhados no [Anexo X](#), sendo que:
 - 1.1. Para fins de composição do piso salarial da categoria profissional a ser contratada, foram adotadas as Convenções Coletivas do Trabalho (CCTs) que abrangem as localidades onde serão implantados os serviços, a seguir indicadas:
 - 1.1.1. CCT MG000505/2023, com abrangência em Belo Horizonte e demais municípios do Estado de Minas Gerais, com vigência de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e data-base em 1º de janeiro de 2023.
 2. Para fins de estimativa dos preços dos insumos (uniformes, equipamentos e materiais) foi realizada pesquisa nos termos dispostos no [Anexo XIII](#).
 - 2.1. Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 23 da IN Seges/ME nº 73/2022.
 - 2.2. Para fins de observância do art. 22 da IN Seges/ME nº 73/2022, deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de 0,1% entre os lances, conforme valores indicados na tabela a seguir.
 - 2.3. Os lances deverão ser realizados considerando-se o quantitativo de postos previsto para a contratação imediata somado ao quantitativo de postos previstos para a expectativa de contratação futura.
3. **Contratação imediata + expectativa de contratação futura:**

VALOR ESTIMADO – RESUMO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Contratação imediata + expectativa de contratação futura										
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura	Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ¹	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
1	Belo Horizonte	Bombeiro Civil (básico) 30h	10	1	10	R\$ 7.260,97	R\$ 7.260,97	R\$ 72.609,70	R\$ 871.316,40	R\$ 7,26

¹ O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO			
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura			
Nº Postos	Nº EMPREGADOS	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
10	10	R\$ 72.609,70	R\$ 871.316,40



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XIII

PESQUISA DE PREÇOS

1. Para fins de estimativa dos preços dos insumos (uniformes, equipamentos e materiais) foi realizada pesquisa nos termos dispostos a seguir:

1.1. Para a realização da Pesquisa de Preços da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de bombeiro civil nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Secretaria de Saúde baseou-se na Lei nº 14.133/2021 e na IN Seges/ME nº 65/2021.

1.2. Desse modo, a pesquisa priorizou os valores encontrados no Painel de Preços no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

1.3. IN Seges/ME nº 65/2021:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; (grifo nosso).

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

1.4. Lei 14133/2021:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

*§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido **por meio da utilização dos seguintes parâmetros**, adotados **de forma combinada ou não (grifo nosso)**:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços **ou** no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); (grifo nosso)*

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

- 1.5. Através do acesso ao site do PNCP, no menu de perguntas e respostas, nota-se que o PNCP ainda não oferece painel para consulta de preços, nem o banco de preços em saúde. Não é possível realizar a pesquisa de preços dos equipamentos e materiais com os mecanismos de buscas oferecidos atualmente pelo site. Apenas é possível obter editais, atas de registros de preços e contratos concluídos, não havendo um mecanismo de busca eficiente para realização da busca dos preços de materiais individualizados que compõe a planilha de formação de preços adotada neste processo. Procedeu-se uma consulta no site do PNCP com tag "Bombeiro Civil" nas contratações encerradas e nos contratos, não sendo possível obter nenhuma contratação similar, apenas processos de contratações para eventos temporários que não é o caso desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

[Home](#) > [PNCP](#) > Perguntas e Respostas

Perguntas e Respostas

Publicado em 21/02/2022 13h47 Atualizado em 26/05/2023 09h24

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

▼ 01. O que é PNCP

▲ 02. Quais informações já estão disponíveis no PNCP?

O PNCP, atualmente, disponibiliza informações e documentos, no seu inteiro teor, dos seguintes instrumentos:

- Planos Anuais de Contratação;
- Editais de licitação e respectivos anexos;
- Avisos e atos de contratação direta;
- Atas de registro de preços;
- Contratos e seus termos aditivos.

▲ 03. Quais outras funcionalidades o PNCP ainda deverá oferecer?

O PNCP deverá, entre outras funcionalidades, disponibilizar: sistema de registro cadastral unificado; painel para consulta de preços, banco de preços em saúde e acesso à base nacional de notas fiscais eletrônicas; sistema de planejamento e gerenciamento de contratações, incluído o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações previsto no § 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021; sistema eletrônico para a realização de sessões públicas; acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep); sistema de gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato. Para mais informações consulte a [Lei nº 14.133/2021](#).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

- 1.6. Em seguida foram utilizados os preços de pesquisa realizada em sítios eletrônicos, sendo a pesquisa direta com fornecedores utilizada apenas para composição de custo estimado do EPRA (EPI) e do Curativo Adesivo (Material de Consumo). No item do curativo adesivo (material de consumo) só foi possível obter 1 (um) orçamento com fornecedor, embora tenham sido consultadas mais de 10 empresas do ramo.
2. As planilhas de *Formação de Preço* (individualizadas por item pesquisado) seguiram o modelo utilizado pela Secretaria de Material e Logística - SEML – (1ª Versão) deste Tribunal.
 - 2.1. Em tal modelo, o coeficiente de variação é o resultado da divisão do desvio-padrão pela média aritmética dos preços encontrados. Dessa forma, quanto menor for o coeficiente, mais homogêneo será o preço coletado. Assim, quando o coeficiente de variação for inferior 25%, o preço estimado será igual a média dos orçamentos válidos. Procedeu-se o arredondamento dos preços médios pesquisados com duas casas decimais.
3. Logo, diante das cotações realizadas, o preço estimado foi obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, desconsiderando-se, na sua formação, os valores inexecutáveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados. Para tanto, quando o coeficiente de variação retornou acima de 25%, os valores distantes da média foram excluídos. Tais valores, ao serem desprezados, fizeram com que a porcentagem do coeficiente de variação reduzisse, pois, quanto mais baixo o coeficiente, mais representativa é a cesta de preços.
4. Quanto aos bens permanentes para o cálculo da depreciação anual foi utilizado o Anexo III – Taxas anuais de Depreciação da Instrução Normativa RFB Nº 1700/2017.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS - UNIFORMES

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Camisa manga curta	Camisa uniforme, manga curta, de algodão ou malha PV, gola redonda, cor preta. Tamanhos P, M, G ou GG. Com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	462545	20	R\$ 38,40	R\$ 768,00
2	Camisa manga longa	Camisa uniforme, manga longa, de algodão ou malha PV, gola redonda, cor preta. Tamanhos P, M, G ou GG. Com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	477863	12	R\$ 54,98	R\$ 659,76
3	Jaqueta	Blusão tipo "gandola": cor vermelha, com o texto "BRIGADA PROFISSIONAL" grafado de forma arqueada, em fonte de altura mínima de 2,5 (dois e meio) centímetros, no terço superior das costas, na cor branca, com identificação do profissional segundo normativos do CBMMG.	458773	8	R\$ 219,06	R\$ 1.752,48
4	Calça	Calça tipo RipStop, tecido resistente e com longa durabilidade, 67% Algodão e 33% Poliéster, 6 bolsos, passante para cinto, fechamento frontal com zíper, cor preta, tamanho personalizado para o profissional.	480170	20	R\$ 150,89	R\$ 3.017,80
5	Bota	Bota cano longo, couro, acabamento liso, resistente a água, resistente ao rasgamento e transpirável, resistente a chama, resistente ao rasgo e altamente transpirável.	480172	4	R\$ 280,46	R\$ 1.121,84
6	Cinto	Cinto de couro, preto, tamanho ajustável.	382962	4	R\$ 21,59	R\$ 86,36
7	Meia	Material: algodão ou poliamida ou elatodieno, cor preta, cano longo, tamanho.	258496	40	R\$ 14,59	R\$ 583,60
8	Crachá de identificação	Crachá PVC impresso digitalmente, com foto de identificação, frente colorida.	439776	4	R\$ 24,05	R\$ 96,20
TOTAL UNIFORMES						R\$ 8.086,04



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS – EPIs COMBATE A INCÊNDIO

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Blusão de combate a incêndio	Jaqueta de segurança de combate a incêndio, modelo 3/4. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	416918	1	R\$ 2.160,94	R\$ 2.160,94
2	Calça de combate a incêndio	Calça de segurança de combate à incêndio, 4 camadas de proteção. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	601259	1	R\$ 1.536,97	R\$ 1.536,97
3	Luvas anti chamas	Luva proteção, material:100% fibra aramida, tamanho:médio, tipo:5 dedos, aplicação:proteção combate incêndio, características adicionais:dorso sem emendas, tira de reforço entre polegar e, tipo uso:reutilizável, esterilidade:não estéril, formato:anatômico, Dentro das normas técnicas do CBMMG.	290689	1	R\$ 331,08	R\$ 331,08
4	Luva raspa de couro	Luva de proteção raspa de couro, cano longo.	440936	1	R\$ 13,57	R\$ 13,57
5	Touca Balaclava	Capuz de segurança, tipo balaclava, Confeccionado em malha de fibra de meta-aramida. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	417024	1	R\$ 113,22	R\$ 113,22
6	Capacete para combate à incêndio	Capacete bombeiro, termoplástico, tecido antichama, proteção facial com visor. Dentro das normas técnicas do CBMMG.	292383	1	R\$ 1.100,29	R\$ 1.100,29
7	Bota de combate a incêndio	Bota bombeiro borracha anti chamas com forro e bico de aço.	232928	1	R\$ 689,54	R\$ 689,54
8	EPRA	Equipamento de Proteção Respiratória Autônomo, com cilindro de alumínio e revestido de fibra de carbono 300 bar 9L	478016	1	R\$ 12.135,56	R\$ 12.135,56
TOTAL EPIs COMBATE A INCÊNDIO						R\$ 18.081,17



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS - MATERIAIS PERMANENTES

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Marreta	Marreta 5 Kg com cabo de madeira	421521	1	R\$ 144,79	R\$ 144,79
2	Machado	Machado com cabo de madeira 3,5 LBS	360827	1	R\$ 84,15	R\$ 84,15
3	Alicate corta vergalhão	Tesoura Tipo Alicate Corta Vergalhão 30 polegadas	371966	1	R\$ 207,17	R\$ 207,17
4	Pé de cabra	Pé de Cabra Aço 3/4" x 60 cm	442124	1	R\$ 47,40	R\$ 47,40
5	Prancha de imobilização com tirantes	Prancha de Resgate em Polietileno c/ 3 Cintos - Adulto	421129	1	R\$ 588,12	R\$ 588,12
6	Imobilizador de cabeça	Imobilizador de Cabeça Resgate SP Head Block Adulto	360783	1	R\$ 124,16	R\$ 124,16
7	Colar cervical tamanho (tamanhos P, M e G), três tipos de tamanho por prélio	Colar de resgate confeccionado em polietileno virgem de alta densidade, velcro costurado em ambos os lados, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.	456005	3	R\$ 16,52	R\$ 16,52
8	Esfigmomanômetro	O esfigmomanômetro (medidor de pressão) aneroide verificado e aprovado pelo INMETRO- Manguito com pera em PVC- Braçadeira em nylon ou algodão- Inflagem e desinflagem manual.	432468	1	R\$ 85,51	R\$ 85,51
9	Estetoscópio	Estetoscópio tipo biauricular, olivas anatômicas de silicone, haste aço inox, tubo "Y" PVC, auscultador duplo aço inox	438928	1	R\$ 58,24	R\$ 58,24
10	Reanimador pulmonar manual tipo AMBU (bebê, criança, G), três tipos de tamanho por prélio	Bolsa reservatório de oxigênio, autoclavável, válvula unidirecional em Policarbonato e membrana de Silicone com acoplamento externo para máscara.	456412	3	R\$ 181,25	R\$ 543,75
11	Tala de	Imobilizador (tala), metal revestido de E.V.A, aramado, tamanhos P, M e G	452239	3	R\$ 15,70	R\$ 47,10



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS - MATERIAIS PERMANENTES

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	imobilização tamanho (P, M e G), três tipos de tamanho por prédio					
12	Termômetro	Termômetro clínico digital, infravermelho, uso em testa.	474168	1	R\$ 75,36	R\$ 75,36
13	Oxímetro	Oxímetro digital, portátil, com monitor LCD	299875	1	R\$ 104,33	R\$ 104,33
14	Glicosímetro	Medidor de glicose portátil com caneta lancetadora e lancetas, à bateria.	439444	1	R\$ 62,59	R\$ 62,59
15	Armário Aço	Fabricado em aço com portas com altura mínima de 92 cm, largura 27 cm, profundidade 40 cm, com pintura antiferrugem e fechadura por meio de chave ou por cadeado.	601719	2	1.330,41	R\$ 2.660,82
TOTAL MATERIAIS PERMANENTES						R\$ 4.850,01



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS - MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ataduras (10 cm, 20 cm e 30cm), 10 de cada pro prédio por ano.	Atadura tipo crepom, 100% algodão, 13 fios p/cm², dimensões de 10 cm, 20 cm e 30 cm. Embalagem individual.	444371	30	R\$ 1,70	R\$ 51,00
2	Curativo adesivo	Curativo adesivo tipo bandaid. Caixa com 40 unidades.	483379	4	R\$ 13,70	R\$ 54,80
3	Gaze	Compressa de Gaze, 13 fios, 7,5 cm x 7,5 cm. Pacote com 500 unidades.	269971	4	R\$ 30,23	R\$ 120,92
4	Caixa de luvas de procedimento não cirúrgico (Tamanhos P, M e G) – os tamanhos serão definidos de acordo com a ocupação dos postos de bombeiro civil.	Luva para procedimento não cirúrgico, com pó, descartável, atóxica, ambidestra, formato anatômico, resistente à tração. Tamanhos P, M e G. Caixa com 100 unidades.	269893	3	R\$ 21,96	R\$ 65,88
5	Esparadrapo	Fita hospitalar tipo esparadrapo, impermeável, algodão, adesivo à base de zinco, cerca de 10 cm, rolo de 4,5 m. 1 unidade.	446603	4	R\$ 14,82	R\$ 59,28
6	Manta aluminizada	Cobertor de emergência em alumínio. 1 unidade	470275	1	R\$ 9,13	R\$ 9,13
7	Pocket mask	Máscara portátil utilizada em reanimação cardíaco pulmonar, reutilizável, acompanha estojo de armazenamento. 1 unidade.	455049	1	R\$ 48,76	R\$ 48,76
8	Soro fisiológico	Solução de cloreto de sódio 0,9% frasco de 500 ml	448699	4	R\$ 10,27	R\$ 41,08
9	Campo operatório	Compressas cirúrgicas, 4 camadas, não estéril. Pacote com 50 unidades.	438055	1	R\$ 6,89	R\$ 6,89
10	Tesoura ponta	Tesoura instrumental curva tipo ponta romba, 18 cm. 1 unidade.	471466	1	R\$ 32,04	R\$ 32,04



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

PESQUISA DE PREÇOS - MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	romba					
TOTAL MATERIAIS DE CONSUMO						R\$ 489,78



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XIV MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Proposta de Preço - Pregão Eletrônico nº _____ / 2023	
Dados do Licitante	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço completo:	
Telefone:	
E-mail:	
Dados Bancários do Licitante	
Banco:	
Agência:	
Conta:	
Praça de pagamento	
Endereço da Ag.:	
Dados do representante legal responsável pela assinatura do contrato	
Nome:	
Estado civil:	
Profissão:	
CPF:	
Identidade:	
Domicílio:	
Cargo:	
Prazo de validade da proposta: _____	
Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, relativamente às quais apresento a seguinte proposta de preços.	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

_____ , _____ de _____ , de _____ (Local) (Data)
_____ Assinatura do Representante Legal

RESUMO DA PROPOSTA			
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura			
Nº Postos	Nº Empregados	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
10	10	R\$	R\$

DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Grupo Único Item	Localidade	Posto de trabalho	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ¹
1	Belo Horizonte	Bombeiro Civil 30h Diurno	10	1	10				

¹ O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses.

OBSERVAÇÕES SOBRE A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

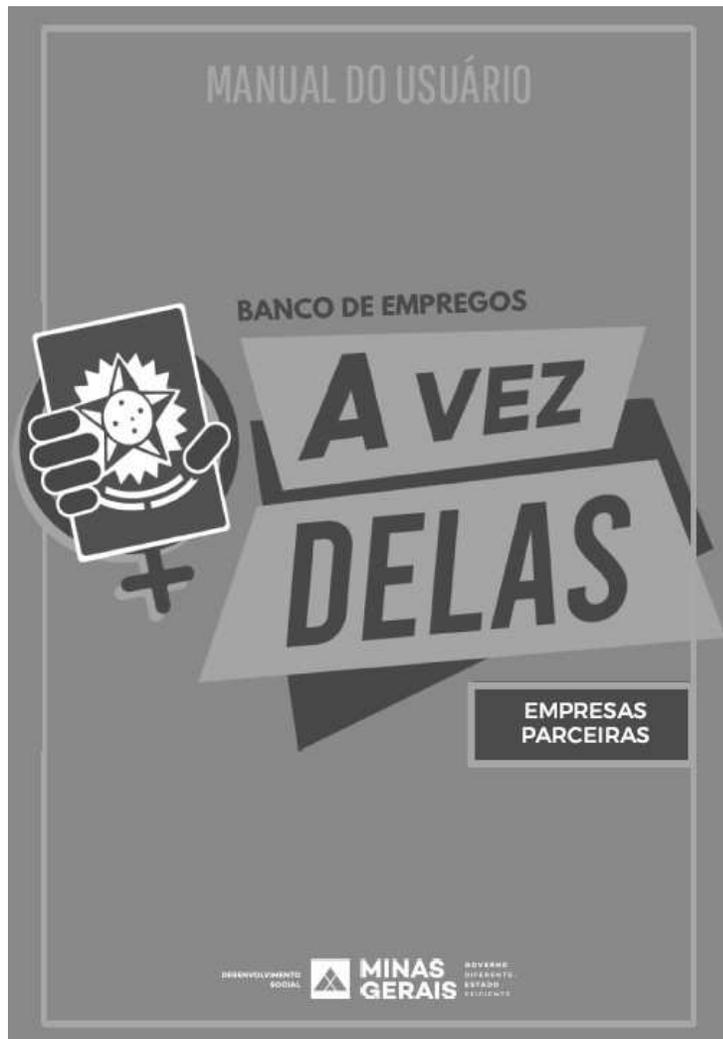
- 1.2. Os licitantes deverão informar os preços por item, valor por empregado, valor unitário do posto mensal, valor total mensal e valor total anual, conforme planilhas acima.
- 1.3. Somente o arrematante deverá encaminhar ao Tribunal a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor do lance, constando todas as características que individualizem o produto e/ou serviço ofertado, acompanhada das respectivas planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos, nos termos constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência.
- 1.4. Ao ajustar os preços ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.
- 1.5. A proposta deverá estar acompanhada de cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal. Caso seja designado um procurador, deverá ser apresentada a procuração que conceda poderes específicos para representar a empresa em licitações e firmar contratos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XV

MULHERES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

CONTEÚDO



- 01 Introdução
- 02 Adesão de Empresas
- 03 Cadastro de Vagas
- 04 Contato



01 INTRODUÇÃO

O **Banco de Empregos - A Vez Delas** é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais que visa fomentar a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica no mercado de trabalho, por meio da disponibilização de uma ferramenta virtual, que as conectará a vagas de emprego ofertadas por empresas parceiras.

Sua empresa já pode unir esforços conosco em favor de uma causa tão importante: o fim da violência contra mulheres.



**É A SUA VEZ
DE PROMOVER
A VEZ DELAS!**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas 02

02 ADESÃO DE EMPRESAS

Veja como aderir ao "A Vez Delas"

ETAPAS

- 1 Empresa
- 2 Responsável pela Empresa
- 3 Responsável pelo Cadastro de Vagas
- 4 Responsável pelas Informações Prestadas no Formulário





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

04

Para fazer parte do **A Vez Delas**, as empresas devem acessar o endereço: serdh.mg.gov.br/avezdelas e clicar em “cadastrar” no banner “Adesão de empresas”, ao final da página.

Adesão de empresas

Aderir ao Banco de Empregos A Vez delas ofertando vagas de emprego para mulheres em situação de violência, por meio da ferramenta Sima-Empresas.

Dê o Primeiro Passo!

Cadastrar

Ao clicar no banner, aparecerá um formulário dividido em 4 itens, conforme será exibido na página a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

04

EMPRESAS

Empresa	Responsável pela empresa	Responsável pelo cadastro das vagas	Responsável pelas informações prestadas neste formulário
---------	--------------------------	-------------------------------------	--

No primeiro item - São pedidos **dados da empresa** ofertante das vagas. Ao final será necessário enviar o **documento constitutivo** da mesma.

Upload do documento constitutivo da empresa (Limite 10MB):

Selecione o arquivo

[Clique aqui para selecionar o arquivo](#)

Atenção: O documento deve estar em .pdf e ter até 10 MB.



São conhecidos como atos constitutivos os **documentos que formalizam uma empresa**, tais como estatutos, contratos sociais, requerimentos de empresário.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

65

Após enviar os documentos, clicar em "Próximo", ao final da página, e então aparecerá o segundo item, referente ao **responsável pela empresa**.

Empresa	Responsável pela empresa	Responsáveis pelo cadastro das vagas	Responsável pelas informações prestadas no formulário
---------	--------------------------	--------------------------------------	---

Neste item, é preciso preencher os dados de um ou mais responsáveis legais pela empresa. Clicando em "adicionar responsável", é possível acrescentar quantos forem necessários.

2. Responsável pela empresa

[ADICIONAR RESPONSÁVEL](#)

Ainda nesta seção, é necessário enviar o **documento que garante que a pessoa cadastrada é responsável legal pela empresa e o documento de identidade do responsável (RG)**.

Upload do documento que institui essa pessoa como responsável legal pela empresa (Limite 10MB):

Selecione o arquivo [Clique aqui para selecionar o arquivo](#)

Upload de documento de identidade do 1º responsável pela empresa (RG) (Limite 10MB):

Selecione o arquivo [Clique aqui para selecionar o arquivo](#)

Atenção: as regras sobre os documentos continuam valendo, devem estar em .pdf e ter até 10 MB.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

06

Após fazer o upload dos documentos, clicar em "Próximo", ao final da página, e então aparecerá uma nova janela com o terceiro item, referente aos **responsáveis pelo cadastro das vagas**.

Empresa	Responsável pela empresa	Responsáveis pelo cadastro das vagas	Responsável pelas informações prestadas no formulário
---------	--------------------------	--------------------------------------	---

Nele, a empresa deverá preencher os dados dos **responsáveis pelos cadastros das vagas em nome das empresas** (como, por exemplo, colaboradores do RH). Utilizando o recurso "adicionar responsável", é possível cadastrar todos os responsáveis, quantos forem necessários.

3. Responsáveis pelo cadastro das vagas de emprego

ADICIONAR RESPONSÁVEL



Apenas as pessoas inseridas como responsáveis pelo cadastro das vagas terão acesso ao ambiente de oferta de vagas, então é importante considerar: **férias dos colaboradores, rotatividade da função e disponibilidade para dar retorno sobre as entrevistas, a fim de evitar que o sistema fique sem atualização.**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

07

Após preencher todas as informações e acrescentar os devidos responsáveis, clicar em "Próximo", ao final da página, para passar para o quarto item, referente ao **responsável pelas informações prestadas no formulário**.

<u>Empresa</u>	<u>Responsável pela empresa</u>	<u>Responsáveis pelo cadastro das vagas</u>	<u>Responsável pelas informações prestadas no formulário</u>
----------------	---------------------------------	---	--

Depois do preenchimento dos campos desta página, é necessário **marcar** a "Declaração de autenticidade das informações e dos documentos anexados" e a "Declaração de nada consta sobre condenação por trabalho escravo, trabalho infantil, assédio sexual ou outras violações de direitos humanos, conforme legislação vigente".

Declaração de autenticidade das informações e dos documentos anexados

Eu, CPF: _____, inscrita no _____, por meio desta DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE, firmo o presente texto em cumprir com a verdade e declarar sob as penas da lei, e pena que produzam todos os efeitos jurídicos, que as informações e os documentos enviados nos anexos deste processo são verdadeiros e

integrais, sendo todos plenamente com os documentos originais, atendendo aos requisitos necessários para participação no Banco de Empregos "A Vez Delas", considerado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG) e que o (os) responsável (is) legal (is) da empresa assina(is)em no cliente desta ação.

Declaração de nada consta sobre condenação por trabalho escravo, trabalho infantil, assédio sexual ou outras violações de direitos humanos, conforme legislação vigente

A Empresa, inscrita no _____, e endereço de e-mail _____, testa até representado pelo e com auxílio do (os) responsável (is) legal (is) da empresa, com CPF _____, declara não possuir condenação por trabalho escravo, trabalho infantil, assédio sexual ou outras violações de direitos humanos, conforme legislação vigente.

Também é necessário que a empresa se inteire a respeito do **Termo de Adesão**, clicando em "**visualizar termo de adesão**", e depois, em "**concordar**". Em seguida, basta clicar em "enviar formulário" e o cadastro será enviado para análise.

VISUALIZAR TERMO DE ADESÃO	
<input type="button" value="VOLTAR"/>	<input type="button" value="ENVIAR FORMULÁRIO"/>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

08

A etapa de análise pode gerar duas respostas possíveis:



1- Adesão Recusada

Se o pedido de cadastro for recusado, a resposta virá com uma justificativa. É importante ler, entender, regularizar a pendência apontada e realizar o cadastro novamente. Cumpre-se lembrar que, ao aderir ao "A Vez Delas", **a autonomia de mulheres em situação de violência é fomentada**, assim como a **saída do ciclo de violência**, promovendo a **igualdade material de acesso a direitos**.

2- Adesão Aprovada

Se a adesão da empresa for aprovada, a resposta virá acompanhada de senha e login para acessar o Sima-Empresa. Cada responsável pelo cadastro de vagas em nome da empresa receberá login e senha próprios. Se esse for o caso da empresa, é só seguir os próximos passos e cadastrar as vagas.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

09

03 CADASTRO DE VAGAS

Veja como realizar o cadastro após ter a adesão confirmada

ETAPAS

- 1 Primeiro acesso
- 2 Preenchimento dos dados da vaga
- 3 Recursos do Sima-Empresa





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Deles

10

O primeiro passo para **realizar o cadastramento das vagas** é acessar o endereço eletrônico <https://serdh.mg.gov.br/sima/>. Em "Módulo do sistema", clique em "Empresa".

Em seguida, **insira a senha e o login recebidos**, valide o **captcha** e finalize clicando em "**acessar**".



Atenção: No primeiro acesso, o sistema vai abrir uma janela pedindo que você **altere sua senha**. Siga as orientações do sistema, e pronto! Lembramos, ainda, que a **nova senha deve ser sigilosa, pessoal e intransferível, garantindo a segurança e a legalidade** das operações fomentadas pelo Sistema.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

11

Uma vez que a senha tenha sido alterada, aparecerá uma segunda janela com o **"Termo de Responsabilidade de Cadastro de Vagas de Emprego"**. Leia o documento e, se concordar com o seu inteiro teor, clique em **"Li e aceito os termos de responsabilidade"**.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE CADASTRO DE VAGAS DE EMPREGO X

Parágrafo único - Declaro ser responsável por:

§ 1 - Prestar informações verdadeiras e atuais, contendo com transparência, integridade e objetividade na colaboração.

§ 2 - Fazer o preenchimento e o encaminhamento de informações e documentos necessários ao Banco de Empregos "A Vez Delas".

§ 3 - Acompanhar e promover, quando for o caso, as atualizações referentes às vagas na plataforma, bem como das informações gerais da Empresa.

§ 4 - Agir conforme as instruções estabelecidas sobre o sigilo dos dados e dos documentos pessoais cadastrados, estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

E por ser verdade, declaro sob as penas da lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, minha participação enquanto RESPONSÁVEL PELO CADASTRO DE VAGAS DE EMPREGO no Banco de Empregos "A Vez Delas", coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG).

Beio Horizonte – Minas Gerais, de de

LI E ACEITO OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE

NÃO ACEITO OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE

Na tela seguinte, já será possível **iniciar os cadastros**. Para tanto, clique no **"sinal de + no canto direito da tela"**.

Vagas de emprego: X

Nome	Data de cadastro	Opções
Nome completo do responsável (obrigatório)	10/11/2017	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

12

Já com dados da vaga, **comece o preenchimento** na tela seguinte. **Importante:** os tipos de ocupações já estão disponíveis no sistema, obedecendo à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Dessa forma, basta selecionar (o grupo, os subgrupos e a família) que melhor descreve a vaga ofertada.

Cadastro de nova vaga de emprego ✕

Selecione o código da ocupação: *

Tipo de contratação *

Quantidade de vagas oferecidas

Plano de distribuição da vaga

Descrição das atividades e requisitos para a vaga

[Cadastrar](#)

Cadastro de novo vaga de emprego ✕

Selecione o código da ocupação: * Selecione o código da ocupação: *

E - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS VENDEDORES DO COMÉRCIO E1 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Selecione o código da ocupação: * Selecione o código da ocupação: *

E12 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS COMERCIAIS EM GERAL E121 - Trabalhadores dos serviços comerciais em geral

Selecione o código da ocupação: *

M1210 - Emprego doméstico diário *

Tipo de contratação *

Contrato por tempo determinado *

Quantidade de vagas oferecidas *

10

Plano de distribuição da vaga



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

13



Como você perceberá, **quase todos campos já possuem opções previamente elaboradas**. Isso ocorre porque o sistema trabalha com a **tecnologia de match!**

Como Funciona?

Tanto a empresa quanto a cadastrante do currículo preenchem um formulário quase idêntico, o que facilita o cruzamento de dados e a localização de pares ideais (candidata e vaga).

Ao finalizar o cadastro, o sistema mostrará a seguinte tela:



O **lápiz** permite realizar edições na vaga e a **mãozinha** mostra os currículos disponíveis para a vaga.

Para cada currículo disponível, você deverá assinalar se possui interesse em realizar a entrevista com o perfil de candidata disponibilizado.

PRONTO! A VAGA JÁ ESTÁ CADASTRADA E DISPONÍVEL, AGORA É A VEZ DELAS!





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas 14

VEJA MAIS RECURSOS....

1 Cadastro de Vagas
Esse você já viu como usar!

2 Entrevista/Contratação
Aqui, os responsáveis pelo cadastro da vaga em nome da empresa darão o feedback da entrevista e informarão se houve ou não a contratação das candidatas onde houve a manifestação de interesse.

3 Desligamento
Nessa opção, você informará quando o vínculo de trabalho terminar.

4 Qualificação
Aqui você verá os Cursos da Escola de Formação em Direitos Humanos disponíveis para o seu Perfil.

5 Ambiente de Treinamento
Você pode realizar cadastros de testes para conhecer mais o Sima-Empresas e tirar suas dúvidas de utilização.



**SIMA
EMPRESAS**

-  Cadastro de vaga
-  Entrevista/contratação
-  Desligamento
-  Qualificação
-  Ambiente de Treinamento



SIMA III

SISTEMA INTEGRADO DE
MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Banco de Empregos: A Vez Delas

15

04 CONTATO

Entre em contato com a equipe responsável em caso de **dúvidas sobre a adesão e cadastro de vagas** pelo e-mail dmaot@social.mg.gov.br.

Em caso de dúvidas ou problemas na ferramenta, basta abrir uma solicitação de suporte na Central de Ajuda do próprio Sima-Empresa:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO XVI

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CEF

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 21CN043

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o Nº. 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sandra Pimentel Mendes, brasileira, casada, portadora do documento de identificação nº. M-1.312.778, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e do CPF nº. Nº 632.405.056-49, residente e domiciliada em Nova Lima/MG, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº TRT/GP 03/2020 de 02 de janeiro de 2020, em decorrência da nomeação constante da Portaria TRT/GP 06/2020 de 02 de janeiro de 2020, disponibilizadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 30 de dezembro de 2019, doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-lei 759, de 12.08.69, regida atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973 de 28.30.2013, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Emerson Leal Rocha, brasileiro, casado, portador do documento de identificação nº. MG-15.037.680, expedida por SSP/MG, e do CPF nº. 085.933.766-90, com endereço profissional em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **CAIXA**, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para abertura de contas vinculadas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra firmados pelo **TRIBUNAL** com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, nos termos do Processo e-PAD 12.913/2021, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1 – CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2 – Proponente: pessoa jurídica privada que possui contrato de prestação de serviços firmado com o **TRIBUNAL**.
- 3 – Encargos: custos relativos às obrigações trabalhistas devidos a empregado contratado pela empresa e a serviço do **TRIBUNAL**.
- 4 – Rubricas: itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRIBUNAL**.
- 5 – Conta Vinculada: conta depósito pessoa jurídica privada, bloqueada para movimentação, aberta em nome dos proponentes de cada contrato firmado com o **TRIBUNAL**, atualizada pela remuneração básica e juros "pro rata die" e cuja utilização é exclusiva para crédito das rubricas de encargos trabalhistas.
- 6 – Usuário: servidor do **TRIBUNAL**, por ele formalmente indicado em relação anexa a este Instrumento (Anexo II), responsável pela gestão dos contratos firmados, com conhecimento das senhas para consultas das Contas Vinculadas, via GOVCONTA CAIXA.
- 7 – Sistema GOVCONTA CAIXA: sistema de acesso via Internet que permite o gerenciamento de forma centralizada das respectivas Contas Vinculadas.
- 8 – GovConta CAIXA: conta virtual gerada pelo sistema GOVCONTA CAIXA a qual são agregadas as contas vinculadas.
- 9 – Partícipes: referência ao **TRIBUNAL** e à **CAIXA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

mão de obra firmados pelo TRIBUNAL com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, bem como viabilizar o acesso aos saldos e extratos e/ou movimentação das contas abertas, através do sistema GOVCONTA CAIXA.

Para a consecução do objeto do presente ACORDO de Cooperação Técnica, serão adotados os seguintes procedimentos:

1. Para cada Contrato firmado entre o TRIBUNAL e o Proponente, será aberta uma conta vinculada pessoa jurídica, bloqueada para movimentação, em nome do Proponente do contrato.
2. A conta vinculada será exclusivamente aberta para o recebimento de rubricas de encargos trabalhistas pagos aos proponentes dos contratos, conforme artigo 1º da Resolução CNJ 169 de 31 de janeiro de 2013.
3. Abertura de uma GovConta CAIXA em nome do TRIBUNAL.
4. A conta vinculada pessoa jurídica, aberta em nome da proponente, será vinculada à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL.
5. A movimentação dos recursos na Conta Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do TRIBUNAL.
6. Será facultada ao TRIBUNAL a movimentação de recursos da Conta Vinculada – bloqueada para movimentação – para a Conta Única do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, cadastramento, captação e movimentação dos recursos se darão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. O TRIBUNAL firma contrato com os proponentes.
2. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a abertura de uma conta vinculada, bloqueada para movimentação, em nome do proponente do contrato, conforme modelo constante no Anexo I.
3. A CAIXA recebe Ofício do TRIBUNAL e, após a entrega, pelo proponente dos documentos necessários, procede à abertura da conta vinculada – bloqueada para movimentação em nome do proponente.
4. Quando do processo de abertura da conta o proponente assina autorização, em caráter irrevogável e irretratável, para que os representantes legais do TRIBUNAL possam, de forma exclusiva, consultar e movimentar a conta vinculada.
5. A CAIXA agrega a Conta Vinculada – bloqueada para movimentação aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL, para gerenciamento de forma centralizada.
6. A CAIXA envia Ofício ao TRIBUNAL, contendo o número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
7. O TRIBUNAL informa à CAIXA o nome do (s) representante (s), legal (is) responsável (is) pelas consultas/movimentações das contas vinculadas e cadastramento de demais usuários, conforme modelo constante no Anexo II.
8. O TRIBUNAL encaminha seu (s) representante (s) à Agência da CAIXA, munido (s) do documento de identificação, CPF e comprovante de residência, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços do GOVCONTA CAIXA e cadastrar as senhas de acesso.
9. O TRIBUNAL informa a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar e/ou movimentar a (s) Conta (s) vinculada (s).
10. O TRIBUNAL assina o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
11. A CAIXA cadastra e fornece senha aos representantes do TRIBUNAL no GOVCONTA CAIXA.
12. O TRIBUNAL credita mensalmente os recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços advindos do contrato firmado com a proponente na conta vinculada, aberta e mantida exclusivamente nas agências da CAIXA.
13. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a movimentação dos recursos;
14. No caso de indisponibilidade, por qualquer razão, do GOVCONTA CAIXA os saldos, os extratos e a movimentação financeira das contas vinculadas serão efetuados mediante solicitação via Ofício a ser remetido pelo TRIBUNAL à CAIXA.
15. A CAIXA recebe ofício e cumpre a determinação de movimentação da conta vinculada, no prazo de 4 dias úteis, dando ciência ao TRIBUNAL, por meio de Ofício.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

16. Os recursos depositados na conta vinculada, bloqueados para movimentação, serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.
17. O TRIBUNAL adequa-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.

CLÁUSULA QUARTA
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL

Ao TRIBUNAL compete:

1. Firmar o contrato com os Proponentes.
2. Encaminhar ofício à Agência da CAIXA solicitando a abertura da conta vinculada em nome do proponente, conforme modelo constante no Anexo I.
3. Designar, por meio de ofício no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) servidores para os quais a CAIXA disponibilizará senha para consulta a saldo e extrato/movimentação da conta vinculada, via GOVCONTA CAIXA, conforme modelo constante no Anexo II.
4. Informar a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar/movimentar a (s) conta (s) vinculada (s).
5. Comunicar ao proponente, conforme modelo constante no Anexo III, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas, bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da Caixa Econômica Federal, onde a conta vinculada foi aberta, a fim de providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VII, para que o TRIBUNAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Assinar o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
7. Remeter Ofícios à Agência da CAIXA, detentora da conta vinculada, solicitando a movimentação de recursos das contas vinculadas, conforme modelo constante no Anexo V.
8. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso ao GOVCONTA CAIXA, onde será possível o acesso aos saldos, extratos.
9. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA.
11. Instruir seus usuários sobre a forma de acesso às transações do sistema GOVCONTA CAIXA.
12. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas GOVCONTA CAIXA, conforme item 3 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
13. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
14. Comunicar tempestivamente à CAIXA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
15. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da CAIXA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas GOVCONTA CAIXA.
16. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas no sistema GOVCONTA CAIXA, colocado à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do TRIBUNAL, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.

CLÁUSULA QUINTA
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

À CAIXA compete:

1. Efetuar abertura da conta vinculada, mediante recebimento do Ofício do TRIBUNAL e comparecimento do proponente à agência da CAIXA, munido da documentação necessária.
2. Coletar autorização do proponente para que os representantes legais do TRIBUNAL formalizem convênio para acesso aos sistemas da CAIXA, efetuem consultas e/ou autorizem a movimentação da conta vinculada, por intermédio dos servidores designados pelo TRIBUNAL, conforme modelo constante no Anexo VII.
3. Disponibilizar o sistema GOVCONTA CAIXA ao TRIBUNAL.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

4. Gerar e fornecer até 4 (quatro) senhas iniciais de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA, condicionado à emissão de autorização de consulta e movimentação da Conta Vinculada, conforme item 2 da presente cláusula.
5. Informar ao TRIBUNAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA, por intermédio do sistema GOVCONTA CAIXA.
6. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento.
7. Encaminhar Ofício ao TRIBUNAL com a informação do número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
8. Agregar a conta vinculada aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL, para gerenciamento de forma centralizada.
9. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
10. Informar ao TRIBUNAL acerca dos procedimentos adotados em atendimento aos ofícios recebidos.
11. Informar ao TRIBUNAL acerca da efetivação da movimentação de recursos das contas vinculadas, no prazo de 4 dias úteis, em atendimento aos Ofícios recebidos, conforme modelo constante no Anexo VI.
12. Zelar para que os recursos depositados em contas vinculadas sejam movimentados exclusivamente com expressa anuência do TRIBUNAL.
13. Realizar a isenção de tarifas para abertura e manutenção, não se aplicando a isenção às movimentações, que deverão ser pagas pelo Proponente.

CLÁUSULA SEXTA
DO ACOMPANHAMENTO

Atuará como gestor deste ajuste, nos termos da Instrução Normativa TRT nº 07/2013, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Secretário de Liquidação e Pagamento de Despesas do TRIBUNAL.

Parágrafo Único: A execução do objeto deste contrato será fiscalizada pelo Chefe da Seção de Liquidação de Serviços Terceirizados do TRIBUNAL.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica em desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os PARTICÍPES.

CLÁUSULA OITAVA
DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 60 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

Parágrafo único: As contas vinculadas abertas até a data de entrada em vigor deste Acordo permanecem regidas pelas regras dos acordos então vigentes, salvo opção expressa do TRIBUNAL.

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela Pública ou TRIBUNAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante ACORDO Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses ACORDOS a serem parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos Partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.

Parágrafo único: A comunicação entre os Partícipes, no que couber, poderá ser realizada via correio eletrônico, observada a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESCISÃO

Este ACORDO de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal dessa Capital.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DECLARAÇÃO

A CAIXA e a CONTRATANTE se comprometem a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos no contrato.

, d e d
e e

Local e Data

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
TERCEIRA REGIÃO
Sandra Pimentel Mendes

632.405.056-49
Diretora-Geral

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Emerson Leal Rocha
085.933.766-90

Superintendente Regional

Testemunhas

Testemunha

CPF

Testemunha

CPF



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO I DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO COM SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(Nome do gerente)

(Endereço da Agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

1 Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este TRIBUNAL :

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO II DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE OFÍCIO COM A RELAÇÃO DE SERVIDORES AUTORIZADOS A CONSULTAR/MOVIMENTAR A
CONTA VINCULADA**

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Assunto: Relação de Usuários do TRIBUNAL autorizados a consultar/movimentar a conta vinculada

Senhor (a) Gerente,

1 Informamos que os servidores, abaixo relacionados, estão autorizados a consultar e movimentar as contas vinculadas, abertas para abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução CNJ nº 169, de 31 de março de 2013.

2 Abaixo, segue atual relação de Usuário(s):

Nome	CPF	Matrícula	Cargo/Função	Setor

(*) O primeiro usuário será o responsável por disponibilizar o acesso dos sistemas aos demais.

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO III DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU TRIBUNAL AO PROPONENTE ACERCA DO PEDIDO DE ABERTURA DE UMA CONTA VINCULADA, BEM COMO SOLICITANDO O COMPARECIMENTO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA CONTRATADA À AGÊNCIA A FIM DE FORNECER A DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA.

Ofício nº ____ /20 – TRIBUNAL

Município/UF, de de 20 .

A Sua Senhoria o Senhor

[Nome do representante da empresa]Representante da [nome da Empresa]

Fone/FAX: .e-mail:

Assunto: Abertura de Conta Vinculada

Contrato: [número do contrato firmado entre o TRIBUNAL e a empresa]

Senhor Representante,

1 Em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº [número do Acordo] firmado entre a Administração Pública ou TRIBUNAL e a CAIXA para o gerenciamento de Contas Vinculadas, informamos a Vossa Senhoria que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – pertencente ao CNPJ sob nº , na Agência nº , da Caixa Econômica Federal, em seu nome, aberta para receber recursos retidos nas rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado entre essa empresa e esta Administração Pública ou TRIBUNAL .

2 Na oportunidade, solicitamos comparecer à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação ____ /20 ____, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Caixa Econômica Federal e autorizar, em caráter irrevogável e irretroatável, o acesso irrestrito desta Administração Pública ou TRIBUNAL aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e as movimentações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informamos ainda que o descumprimento do prazo indicado no item anterior, previsto no inciso II do art. 6º da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do CNJ, poderá ensejar aplicação das penalidades contratuais previstas.

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO IV DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE COMUNICAÇÃO DA CAIXA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/TRIBUNAL SOBRE A ABERTURA DE
CONTA VINCULADA**

Nome da Agência

Endereço da Agência

Complemento do Endereço da Agência

CEP - Cidade da Agência/PA - UF

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia de mês de ano

Ao Senhor

Nome do Representante da Administração Pública/TRIBUNAL

Cargo do Representante

Nome da Administração Pública/TRIBUNAL

Endereço da Administração Pública/TRIBUNAL

CEP - Cidade - UF

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada.

Prezado Senhor,

1. Informamos a abertura da Conta Vinculada nº _____ para a empresa _____, CNPJ _____, referente ao Termo de Cooperação Técnica n.º _____, para movimentação exclusiva à ordem da Administração Pública/TRIBUNAL.

2. Oportunamente, informamos que o representante da Administração Pública/TRIBUNAL compareça à Agência _____, situada no endereço _____ para cadastramento de senhas e assinaturas eletrônicas, para consultas e movimentações da Conta supracitada.

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Função

Sigla da Agência/PA

Nome Gerente Geral

Função

Sigla da Agência/PA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO V DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELO TRIBUNAL À CAIXA COM SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

[Nome do gerente]

[Endereço da Agência com CEP]

Assunto: Resgate de valores da Conta-Depósito Vinculada da empresa [Nome da empresa] [Número do Contrato]

[Número do processo administrativo]

Senhor(a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ da conta vinculada de titularidade da empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por este TRIBUNAL , e CREDITAR na seguinte conta corrente:

	Banco	Agência	Conta	CNPJ
DEBITAR				
CREDITAR				

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO VI DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA CAIXA AO TRIBUNAL SOBRE EFETIVAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

[Nome da Agência]

[Endereço da Agência]

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia/mês/ano

Ao Senhor

[Nome do Representante do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

[Cargo do Representante]

TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região

[Endereço do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada bloqueada para movimentação

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao seu Ofício nº / , de / / , informo a efetivação de DÉBITO no valor de R\$ na conta vinculada de nº , da agência nº , desta Instituição Financeira, em nome da empresa e CRÉDITO na conta de nº .

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Nº da Agência da Instituição Financeira

Sigla da Agência



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Saúde

ANEXO VII DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DO PROPONENTE PARA CONSULTA E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da CAIXA

(endereço da agência)

Senhor(a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretroatável, que o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta vinculada, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa titular da conta vinculada